



**Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude
Coordenação Nacional do ProJovem Urbano**

Projeto Pedagógico Integrado - PPI ProJovem Urbano

**BRASÍLIA
2008**

**Projeto Pedagógico Integrado - PPI
ProJovem Urbano**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Secretaria-Geral da Presidência da República

Luiz Soares Dulci

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias

Ministério da Educação

Fernando Haddad

Ministério do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministro de Estado Chefe Luiz Soares Dulci

Secretaria-Executiva

Secretário-Executivo Antonio Roberto Lambertucci

Secretaria Nacional de Juventude

Secretário Luiz Roberto de Souza Cury

Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano

Coordenadora Nacional Maria José Vieira Féres



Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude
Coordenação Nacional do ProJovem Urbano

Projeto Pedagógico Integrado - PPI

ProJovem Urbano

Brasília
2008

Copyright © 2008

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.projovem.gov.br).

Elaboração e Organização

Equipe Técnica

Coordenação Nacional do ProJovem Urbano - Assessoria Pedagógica

Maria Adélia Nunes Figueiredo
Cláudia Veloso Torres Guimarães
Luana Pimenta de Andrada
Jazon Macêdo

Organização

Maria Umbelina Caiafa Salgado

Elaboração

Maria Umbelina Caiafa Salgado
Regina Célia Reyes Novaes
Ana Lúcia Amaral
Sandra Azzi

Revisão

Letícia Coutada

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

P964 Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Brasília : Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008.

P. 82

1. Juventude – Brasil. 2. Jovem – educação – Brasil. I. Presidência da República, Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano

CDD - 362.7

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
PARTE I	12
A EXPERIÊNCIA ANTERIOR: PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS:	
EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA - PROJovem.....	12
CAPÍTULO 1	13
HISTÓRICO DO PROJovem	13
1.1 - Criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem.....	13
1.2 Implantação do ProJovem.....	13
CAPÍTULO 2	14
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	14
2.1 Pertinência do Programa	15
2.1.1 Alcance da meta inicial	15
2.1.2 Perfil dos jovens atendidos.....	15
2.1.3 Divulgação e democratização do acesso.....	17
2.1.4 Ingresso e permanência dos jovens no Programa.....	17
2.2 Eficácia da Proposta Pedagógica	18
2.2.1 O currículo integrado.....	18
2.2.2 Organização pedagógica	20
2.2.3 Material didático	21
PARTE II.....	22
LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA: O PROJovem URBANO	22
CAPÍTULO 3	23
DESAFIOS RELATIVOS À GESTÃO DO PROGRAMA	23
3.1 Redefinição do Público Potencial do Programa	23
3.2 Instâncias de Gestão do ProJovem Urbano.....	25
3.2.1 Nível nacional	25
3.2.2 Gestão local	25
3.2.3 Pólos	26

3.3 Gestão Inter-setorial.....	26
3.4 Redesenho da Matrícula	27
3.5 Auxílio Financeiro	27
CAPÍTULO 4	27
O SIGNIFICADO DE INCLUSÃO NO PROJovem URBANO.....	27
4.1 A Perspectiva de Geração	28
4.2 A Dupla Exclusão.....	29
4.3 Exclusão e Crise de Confiança	29
CAPÍTULO 5	30
O CURRÍCULO INTEGRADO	30
5.1 A Noção de Currículo Integrado.....	31
5.1.1 A questão dos conteúdos	31
5.1.2 A seleção de conteúdos para o currículo integrado do ProJovem Urbano	32
5.2 Objetivos Gerais do ProJovem Urbano.....	33
5.3 Diretrizes Curriculares.....	34
5.3.1 Diretrizes gerais relativas às dimensões curriculares	34
5.3.2 Diretrizes operacionais	34
5.4 Desenho do Currículo.....	35
5.4.1 Eixos estruturantes e matriz curricular.....	35
5.4.2 Atividades de integração interdimensional e interdisciplinar.....	37
5.4.3 Carga horária e atividades	41
5.5 Detalhamento do Currículo	41
5.5.1 Unidade Formativa I: Juventude e Cultura	42
5.5.2 Unidade Formativa II: Juventude e Cidade	43
5.5.3 Unidade Formativa III: Juventude e Trabalho	44
5.5.4 Unidade Formativa IV: Juventude e Comunicação	46
5.5.5 Unidade Formativa V: Juventude e Tecnologia	47
5.5.6 Unidade Formativa VI: Juventude e Cidadania	48
CAPÍTULO 6	49
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO PROJovem URBANO	49

6.1 Organização dos Espaços Pedagógicos no ProJovem Urbano	49
6.2 Organização dos Tempos Pedagógicos no ProJovem Urbano.....	51
6.2.1 Os tempos do aluno	51
6.2.2 Os tempos dos educadores.....	52
CAPÍTULO 7	56
ATUAÇÃO DOS EDUCADORES NO NÚCLEO E NA SALA DE AULA	56
7.1 A Gestão da Sala de Aula	57
7.1.1 A gestão da sala de aula e o currículo.....	57
7.1.2 A gestão da sala de aula e a relação pedagógica de mão dupla	59
7.1.3 A gestão da sala de aula e a inclusão	59
7.2 A Dupla Função do Educador.....	60
7.2.1 A função de especialista.....	60
7.2.2 A função de professor orientador	61
7.2.3 A articulação das três dimensões curriculares do ProJovem Urbano no núcleo e na sala de aula	61
CAPÍTULO 8	62
SISTEMA DE AVALIAÇÃO	62
8.1 Modalidades de Avaliação e suas Funções.....	63
8.1.1 A Avaliação Diagnóstica	63
8.1.2 A Avaliação Formativa	64
8.1.3 Avaliação Somativa	64
8.2 A Avaliação no ProJovem Urbano.....	65
8.3 A Avaliação Externa de Desempenho no ProJovem Urbano	67
8.4 Sistema de Pontos para a Avaliação da Aprendizagem	67
8.4.1 Distribuição da pontuação.....	68
8.4.2 Certificação.....	69
CAPÍTULO 9	70
PROJOVEM URBANO NAS UNIDADES PRISIONAIS E UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	70
9.1 Carga Horária	70
9.2 Calendário Escolar	71
9.3 Histórico Escolar e Certificados.....	71

9.4 Educadores.....	71
9.5 Qualificação Profissional	71
9.6 Participação Cidadã	72
9.7 Material Didático	72
CAPÍTULO 10	72
A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DO PROJovem URBANO	72
10.1 Formação Inicial / Continuada e Processo Identitário do Educador do Projovem Urbano.....	72
10.2 Saberes Necessários para Atuar no Projovem Urbano.....	73
BIBLIOGRAFIA.....	76
ANEXOS	76
ANEXO I	76
ANEXO II	82

APRESENTAÇÃO

Investir em uma política nacional integrada, com programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil. Com essa perspectiva, em 2005, o governo federal lançou a Política Nacional de Juventude, que compreendeu, além da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem.

A iniciativa mostrou resultados importantes e promissores, indicando a propriedade de se ampliarem, reforçarem e integrarem ações voltadas para a juventude que se desenvolviam em diferentes ministérios. Para articular essa experiência acumulada em um programa integrado, constituiu-se, no início de 2007, o grupo de trabalho GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento.

Os resultados do GT Juventude indicaram caminhos para a realização do propósito da Presidência da República de promover um programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros, lançando-se o **ProJovem Integrado**, que se articula por duas noções básicas:

- a) OPORTUNIDADES para todos;
- b) DIREITOS universalmente assegurados.

Em conjunto, essas noções propiciam que o jovem se torne protagonista de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania.

O ProJovem Integrado compreende quatro modalidades:

- ProJovem Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.
- ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã.

Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

- ProJovem Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.

- ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

Atenderá a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo.

Neste documento apresenta-se o Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do **ProJovem Urbano**, cuja finalidade é **promover a inclusão social** dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, **buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho**, de modo a propiciar-lhes **oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania**.

Coerentemente com o propósito governamental de promoção ampla da inclusão social, o público potencial do Programa abrange, também, jovens nas mesmas condições etárias e educacionais que estejam cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado, em penitenciárias estaduais. Contempla ainda jovens de 15 a 21 anos, internados em instituições socioeducativas de privação de liberdade.

O ProJovem Urbano se caracteriza por apresentar: **(i) propostas inovadoras de gestão inter-setorial**, compartilhada por quatro ministérios, e de **implantação em regime de cooperação** com os Estados, Municípios e DF envolvidos; **(ii) projeto pedagógico integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã**, como base para o alcance da finalidade pretendida; **(iii) materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do Programa**, constando de guias, manuais e vídeos destinados a: alunos; educadores; gestores; instituições de formação de educadores.

Como foi dito, o ProJovem Urbano constitui uma reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, situando-o em novo contexto de políticas governamentais integradas para a juventude e utilizando os resultados da avaliação interna e externa para reforçar aspectos bem sucedidos e propor estratégias para superação de dificuldades e obstáculos encontrados em sua implementação.

Uma visão geral do ProJovem Urbano permite distinguir os aspectos essenciais de sua proposta, que incorpora, amplia e aprimora o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, objetivando:

- Tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania, o que implica: afirmar o jovem como sujeito de direitos; valorizar suas expressões culturais seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas; compreender a juventude na perspectiva de geração, que necessariamente aponta para novas relações inter e intra-geracionais e pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos;
- Desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, em que o jovem atue como sujeito, construtor de um todo que faça sentido para ele. A idéia é que a aprendizagem só se efetiva realmente quando o aluno consegue relacionar os novos conhecimentos com suas experiências prévias e situá-los em suas diferentes facetas de ser humano. Nessa perspectiva, o currículo do ProJovem Urbano se sustenta na integração de três dimensões fundamentais: a Formação Básica para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental; a Qualificação Profissional, na forma de qualificação inicial em um arco de ocupações; e a Participação Cidadã que envolve ações comunitárias, culturais, esportivas e de lazer;
- Propor novas formas de organização do trabalho escolar, envolvendo diferentes instâncias da administração pública e da sociedade, de modo a viabilizar o desenvolvimento do currículo integrado, o que implica novas formas de gestão compartilhada, de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos, de modo a articular a ação criadora dos atores envolvidos com os princípios e diretrizes do projeto pedagógico, evitando que o Programa se descaracterize e perca o sentido. A idéia é que cada instituição ou sujeito colabore ativamente, na instância em que participa, para a obtenção de objetivos definidos coletivamente e para o desenvolvimento de ações planejadas de modo solidário;
- Definir estratégias de atuação na sala de aula com vistas a integrar as três dimensões do currículo, de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa, o que exige considerar o múltiplo e o plural implicados nas experiências e conhecimentos dos jovens, bem como em seu percurso escolar anterior. É na sala de aula que as propostas pedagógicas se concretizam ou não... É nela que se constrói o currículo real. Quando chegam ao ProJovem Urbano, os alunos trazem experiências pessoais e conhecimentos prévios que não podem ser ignorados, mas que devem constituir uma

referência para cada educador definir formas de trabalhar e de se relacionar com a turma. Nesse contexto, o erro não é considerado como falta de informação ou incapacidade para fazer algo, mas como um indicador do momento em que o aluno se encontra na elaboração de um conceito ou uma relação;

- Formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do ProJovem Urbano, o que lhes demanda a competência para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano. Para isso, o professor tem de ir além da condição de especialista em uma disciplina e agir como educador no sentido amplo da palavra, desempenhando dois papéis distintos, mas inseparáveis: todo educador é especialista em sua área de conhecimento, mas é também orientador da aprendizagem vista como elemento de construção da autonomia intelectual do aluno/sujeito e de uma visão mais ampla do processo educacional. Desse modo, por meio da formação inicial e continuada, busca-se a construção de um processo identitário em que cada educador se veja simultânea e inseparavelmente como: **(a)** um **perito** que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento e de sua atividade educacional/docente e sabe usá-lo competentemente; **(b)** um **pensador** capaz de situar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação; **(c)** um **cidadão** sujeito de direitos e de responsabilidades que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade.

O PPI do ProJovem Urbano está organizado em duas partes:

Parte I. A experiência anterior: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem

Parte II: Lições da Experiência: O ProJovem Urbano

PARTE I

A EXPERIÊNCIA ANTERIOR: PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS: EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA - PROJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem é inovador em vários aspectos: faz parte de uma política nacional para a juventude, tendo sido implantado no contexto de criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude; a proposta de gestão compartilhada, em todos os níveis de implementação, busca estratégias para a articulação das políticas públicas de juventude; o projeto pedagógico integrado apóia-se em paradigmas contemporâneos, enfatizando a relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento e a participação/cooperação na atividade política e social; a implementação é alvo de um processo contínuo, amplo e sistemático de monitoramento e avaliação, cujos resultados evidenciam a pertinência e a efetividade do Programa, oferecendo subsídios importantes para o desenvolvimento do ProJovem Urbano.

Nesta primeira parte, resgata-se sinteticamente o processo de criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem e analisam-se os resultados da avaliação de sua implementação nas capitais e respectivas regiões metropolitanas, bem como no Distrito Federal:

Capítulo 1: Histórico do ProJovem

Capítulo 2: Monitoramento e Avaliação

CAPÍTULO 1

HISTÓRICO DO PROJovem

1.1 - Criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem

O ProJovem foi criado como ação integrante da Política Nacional de Juventude lançada pelo governo federal em 2005, compreendendo:

- O desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem - voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes: jovens de 18 a 24 anos, que haviam terminado a quarta série mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e não tinham vínculos formais de trabalho. O Programa caracterizou-se como **emergencial**, atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e **experimental**, baseando sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem que permitem articular o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária;
- A constituição da **Secretaria Nacional de Juventude**, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, com as funções de: (a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; (b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a juventude;
- A implantação do **Conselho Nacional de Juventude**, órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organizações não governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. Tem por finalidades: (a) assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental; (b) promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil; (c) assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

Essas três entidades foram instituídas em 2005, por meio da Medida Provisória nº 238, de 01/02/2005, transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005. A implantação simultânea, naquele mesmo ano, do Programa, da Secretaria e do Conselho, com suas distintas e complementares finalidades e funções, representou um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade, vulnerabilidades e potencialidades.

1.2 Implantação do ProJovem

O ProJovem foi implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Programa, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005, obteve parecer favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE 2/2005, de 16/03/2005, aprovado pela Resolução 3/2006, de 15/08/2006, como um curso experimental, de acordo com o artigo no 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dessa forma, viabilizou-se, por meio dos sistemas de educação a

certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional (formação inicial).

A meta inicial do ProJovem foi atender a cerca de 200.000 jovens, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006 ampliou o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo recebido a adesão de 29 cidades.

A formação integral no ProJovem compreende atividades de Formação Básica (800 horas), Qualificação Profissional (350 horas) e Ação Comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 1.600 horas.

Aos alunos, devidamente matriculados, é concedido um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00. O recebimento desse auxílio condiciona-se à frequência e à entrega dos trabalhos escolares. Assim, o aluno deve:

- Comparecer todo mês a pelo menos 75% das atividades presenciais, em cada unidade formativa, incluindo a ação comunitária programada;
- Entregar 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês.

O exame nacional externo para fins de certificação no ensino fundamental ocorre ao término do curso e tem como referência uma matriz de habilidades e conhecimentos elaborada em consonância com o currículo, por comissão especialmente designada para essa tarefa.

O Programa também oferece certificação de qualificação profissional em um arco de ocupações.

Além da contínua avaliação do desempenho dos alunos, o próprio Programa é objeto de monitoramento e avaliação externos, tendo em vista a necessidade de acompanhar suas ações, sua gestão e execução em todo o país, levantar e analisar dados e fornecer subsídios para o planejamento e tomada de decisões.

No tópico a seguir, apresentam-se as conclusões parciais desse processo de avaliação e discutem-se suas implicações para a proposta do ProJovem Urbano.

CAPÍTULO 2

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma das mais importantes medidas tomadas na implantação do ProJovem foi a criação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa, voltado para: supervisão das condições de oferta local do Programa; avaliação externa de alunos; monitoramento da matrícula, frequência e realização das atividades pedagógicas; avaliação do Programa.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem - SMA, coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é executado mediante convênio da Secretaria-Geral da Presidência da República com sete Universidades Federais que atuam de forma regionalizada, nas capitais e cidades de suas regiões metropolitanas, da seguinte forma:

- Universidade Federal do Pará (UFPA): Regional Norte;
- Universidade Federal da Bahia (UFBA): Regional Nordeste I;
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): Regional Nordeste II;
- Universidade de Brasília (UnB): Regional Centro-Oeste;
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): Regional Sudeste I;
- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): Regional Sudeste II;
- Universidade Federal do Paraná (UFPR): Regional Sul.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) possui instância decisória, o Conselho Técnico, presidido pela Coordenação Nacional do ProJovem, com a participação dos

coordenadores do sistema nas Universidades Federais que o compõem. Para a avaliação do Programa, o SMA conta com metodologia que articula pesquisas quantitativas e qualitativas, avaliando, dentre outros aspectos: os perfis dos alunos e educadores, a aprendizagem (proficiência agregada), a permanência dos jovens no Programa, o material didático e o Projeto Pedagógico Integrado (PPI).

A análise dos relatórios parciais disponíveis demonstra aspectos importantes da avaliação do Programa, comentados a seguir.

2.1 Pertinência do Programa

2.1.1 Alcance da meta inicial

Como foi dito, na primeira etapa, a partir de 2005, o ProJovem teve como meta atuar nas capitais brasileiras e no Distrito Federal.

Desde 2006, expandiu-se para as regiões metropolitanas de várias capitais, em cidades com pelo menos 200 mil habitantes (conforme dados do Censo Demográfico/2000). Foi previsto o atendimento a 200.000 jovens de 18 a 24 anos, que tivessem terminado a quarta série, mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e não tivessem vínculos formais de trabalho.

O sucesso do Programa e o interesse dos parceiros em sua implantação são indicadores de compromisso na luta contra as desigualdades e a exclusão social, bem como de confiança na força e na potencialidade da juventude brasileira.

No entanto, a avaliação e a experiência mostraram que os jovens excluídos estão mais dispersos geograficamente que o esperado, apontando a necessidade de ampliar o alcance do Programa para cidades menores, uma vez que parte substantiva dos jovens brasileiros deixa de ser contemplada, quando se restringe o atendimento a municípios com mais de 200 mil habitantes.

Além disso, em seu Relatório Parcial de Avaliação do Programa, datado de dezembro de 2006, o Sistema de Monitoramento e Avaliação apresentou projeção estatística combinando dados do Censo/2000, que é nacional, e da Pnad/2003, que abrange dez regiões metropolitanas. O estudo tomou por base os dados referentes à população de 18 a 24 anos, com quatro a sete anos de escolaridade, residente nas cidades com mais de 200 mil habitantes. Os resultados mostraram que o número de jovens excluídos, nessa faixa etária, vem decrescendo em função, entre outros fatores, da universalização do acesso à escola e dos programas de recuperação, aceleração e inclusão de jovens em situação de defasagem educacional, bem como da queda da taxa de natalidade ao longo das últimas três décadas. No entanto, verificou-se que, em relação à população excluída de 24 a 29 anos, os índices ainda são crescentes, evidenciando-se a necessidade de ampliar a faixa etária atendida pelo ProJovem, de modo a contemplar também os jovens dessa faixa etária mais elevada.

Com base nessas observações e tendo em vista a implantação do ProJovem Urbano, em 2008, a Coordenação Nacional do ProJovem juntamente com o CAEd/UFJF realizou estudo populacional que será analisado no Capítulo 3.

2.1.2 Perfil dos jovens atendidos

Considerando as indicações das pesquisas e dos estudos realizados até 2005, o ProJovem definiu como seu público potencial os jovens entre 18 e 24 anos de idade que cursaram, pelo menos, a quarta série mas não concluíram o ensino fundamental, e sem vínculo empregatício formal.

Segundo relatório do Sistema de Monitoramento e Avaliação, o perfil dos jovens atendidos no curso é coerente com o observado no público potencial, o que indica a eficácia do Programa. Essa conclusão leva em conta as características gerais desse público e as da população atendida, bem como as especificidades de cada segmento tomado como parâmetro para o estudo da efetividade do Programa, como se vê a seguir.

- **Distribuição por gênero:** 53% dos jovens atendidos no Programa são mulheres.
- **Faixa de idade:** a metade deles tem entre 21 e 22 anos de idade.
- **Grupo de cor:** 70,8% declararam-se pardos ou negros.
- **Escolaridade progressa:** 15% cursaram até a 4ª série do ensino fundamental; 53%, até a 5ª ou 6ª; e 33%, até a 7ª; 10% não souberam identificar a última série cursada com êxito. Apenas 6% cursaram supletivos ou classe de aceleração, indicando que a grande maioria havia tentado anteriormente concluir o ensino fundamental regular.
- **Situação familiar:** 77,5% são solteiros, 73% são chefes de família, 53% têm filhos.
- **Trajeto no mundo do trabalho:** 20% nunca trabalharam e 53% começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos de idade; 44% obtiveram o primeiro trabalho em 2005 ou 2006, sendo que menos de 10% com vínculo formal; 70% dos que trabalham não têm carteira assinada e 60% ficaram menos de seis meses no trabalho, em 2005; mais da metade dos que trabalham nunca fizeram curso profissional e 90% deles ganham menos que o salário mínimo.
- **Relações com a comunidade:** 84% moram na comunidade há mais de cinco anos, enquanto 6% chegaram há menos de dois anos; 46% convivem com grupos de até cinco amigos; mais de 50% não participam de qualquer associação; 83% nunca atuaram como voluntários; 60% vão à igreja ao menos uma vez por semana.
- **Relações com o bem público:** 98% possuem título eleitoral e 56% votariam, mesmo se o voto não fosse obrigatório; 71% votaram no referendo sobre porte de armas; 87% não participam de qualquer outro programa federal para educação.

Os dados relativos ao **perfil dos alunos que concluíram o curso** até 2006 mostram que o Programa tem sido equânime, pois em todos os parâmetros, como **gênero** (51% são mulheres), **cor declarada da pele** (66,5% declararam-se negros ou pardos), e **situação familiar** (78,4% são solteiros, 75% são chefes de família e 54% têm filhos) observam-se características bem próximas daquelas do grupo de alunos matriculados e freqüentes.

A avaliação do Programa indica também o limite das atuais ofertas educacionais para esse tipo público e deixa clara a dependência desses jovens em relação às políticas específicas. Demonstra, ainda, que eles não tiveram, anteriormente, oportunidades educacionais adequadas nem chances de se preparar para os desafios do mundo do trabalho.

O estudo mostra também que os jovens se preocupam em obter a certificação do ensino fundamental e aprender uma profissão por acreditarem que estas são condições básicas para sua emancipação e a de suas famílias. E têm perfeita noção e pertencimento comunitário e disponibilidade para ações coletivas e participativas.

Finalmente é preciso observar que é difícil a relação desses jovens com o mercado de trabalho. A própria colocação no mercado formal é geralmente precária e de curta duração.

A análise do perfil dos jovens atendidos revela ser necessário evitar obstáculos à sua inserção no Programa, tais como as exigências de conclusão da 4ª série do ensino fundamental e de não existência de vínculo formal de trabalho. Evidentemente, essa decisão deve ser acompanhada de medidas pedagógicas e administrativas que viabilizem o reforço de habilidades básicas de leitura e facilitem a compatibilização entre as atividades de estudo e de trabalho.

2.1.3 Divulgação e democratização do acesso

Democratizar as vagas disponíveis em cada município tornou-se um dos grandes desafios para garantir o sucesso do ProJovem, pois era preciso fazer com que todos os jovens que se enquadrassem no perfil do público-alvo tivessem acesso às informações sobre o Programa e encontrassem condições igualitárias e transparentes para se inscreverem e garantirem seu ingresso.

A Coordenação Nacional deu suporte aos processos de inscrição e de matrícula, promovendo ampla divulgação do Programa e dos locais de inscrição.

De acordo com a regulamentação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem, sempre que o número de inscritos numa localidade superasse o número de vagas, a escolha dos candidatos era feita por sorteio, em local, data e horário divulgados previamente e com a presença obrigatória de agente público e representante de órgão de fiscalização da administração federal.

A avaliação mostrou que a divulgação do Programa tem maior capilaridade quando as ações em âmbito nacional, efetuadas pelo governo federal, se complementam com estratégias locais desenvolvidas pelos municípios. Deixou claro também que a dispersão geográfica do público potencial demanda uma ação local mais efetiva para identificar os jovens a serem atendidos e acompanhá-los ao longo do curso, buscando sua permanência no Programa.

2.1.4 Ingresso e permanência dos jovens no Programa

Segundo dados do Sistema de Monitoramento e Avaliação, de um público potencial estimado em um milhão, 384.657 jovens (cerca de 36%) inscreveram-se no Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem, nos anos de 2005 e 2006. Do total de inscritos, 235.585 (61%) fizeram suas matrículas, ou seja, as estratégias de recrutamento utilizadas levaram à matrícula efetiva de aproximadamente 24% do público potencial.

De acordo com dados levantados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação, as razões para a defasagem entre inscrição inicial e matrícula são inúmeras, indo da falta de cumprimento dos pré-requisitos do Programa (como limite de idade, comprovação de escolaridade ou de inexistência de vínculo empregatício) até a desistência em função de trabalho em horário incompatível com o curso, cansaço resultante do trabalho, dificuldades para guarda dos filhos, acesso difícil ao núcleo, medo da violência, falta de apoio familiar.

Não apenas o ingresso, mas também a própria permanência no curso é afetada pelas condições de vida dos jovens.

As estatísticas, novamente, apresentam algumas indicações para explicar essas situações: do total de jovens de 18 a 24 anos residentes nas regiões metropolitanas e com 4 a 7 anos de estudo, menos de 40% vivem com os pais na condição de filhos; 25% são referência ou arrimo de família; 22% estão na condição de cônjuge. Boa parte desses jovens é responsável pela manutenção e guarda de filhos.

A necessidade de trabalhar, ainda que sem carteira profissional assinada ou em atividade informal, mostra-se de fato como uma das principais barreiras ao esforço de recrutamento e permanência no curso. Em alguns casos, a própria obtenção de emprego com carteira assinada foi indicada como causa de evasão do Programa. No entanto, para esses jovens, mesmo a colocação no mercado formal, embora positiva, por um lado, é precária e conjuntural.

É importante notar que apenas 7% declararam alguma dificuldade de aprendizagem como fator ligado à evasão, e a oportunidade de realizar segunda chamada nas avaliações formativas é vista como condição favorável à permanência.

É importante também notar que 83% dos alunos evadidos declararam que pretendem retornar ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem e 62% se inscreveriam em outro programa similar.

A análise das informações sobre o ingresso e a permanência dos jovens no Programa evidencia um processo dinâmico com características que remetem para as especificidades do público alvo e indicam a necessidade de se criarem estratégias que evitem o abandono e facilitem o retorno daqueles que desistiram temporariamente.

2.2 Eficácia da Proposta Pedagógica

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial, destinada a atender parcela significativa dos jovens com o perfil socioeconômico tipificado como público-alvo, que têm necessidade de retomar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos. Assume também caráter experimental ao basear-se em novos paradigmas, constituindo sua proposta curricular a partir de conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação.

Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o Programa buscou oferecer oportunidade para que os jovens experimentassem novas formas de interação, se apropriassem de novos conhecimentos, re-elaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionando quanto a sua inserção social e profissional.

2.2.1 O currículo integrado

O currículo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens:

Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem foi desenvolvido no início do ano de 2005, com base em um conjunto de oficinas de estudos com a participação de especialistas em educação, qualificação para o trabalho e serviço social. Fundamentase nos princípios político-pedagógicos e diretrizes curriculares e metodológicas definidos no PPI. A matriz curricular foi uma referência essencial para a elaboração dos materiais didáticos e complementares, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. O Programa dá grande importância ao protagonismo dos jovens e à cidade como espaço educativo.

A análise dos resultados dos grupos focais, realizada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação, com base em depoimentos colhidos dos alunos e educadores em todo o país, mostra o acerto da proposta pedagógica adotada pelo Programa.

Sempre que são solicitados a comparar essa proposta com a das escolas regulares, as referências mais marcantes dizem respeito à qualidade das relações aluno/educador e ao reconhecimento do interesse e dedicação que os educadores demonstram em relação aos jovens.

Outra vantagem do Programa Nacional de Inclusão de Jovens:

Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem em relação às escolas regulares é evidenciada quando os estudantes são questionados sobre as dificuldades de aprendizagem com a metodologia usual em comparação com a do Programa. Em geral, eles destacam a dedicação dos professores, a forma de ensinar, a facilidade de

compreender o material didático e o método de ensino integrado com atividades que fazem parte do cotidiano de cada um.

2.2.1.1 As três dimensões do currículo

a) Ensino Fundamental

A análise das sete avaliações com dados processados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação (avaliação diagnóstica aplicada no início da primeira unidade formativa; quatro avaliações formativas, no fim de cada unidade, avaliação intermediária - amostral e aplicada no início da terceira unidade - e exame final nacional externo) demonstra que os jovens que permaneceram no Programa:

- Obtiveram ganhos de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática;
- Conseguiram, nas avaliações formativas, percentuais de acerto acima da média de referência em quase todos os componentes curriculares;
- Alcançaram, em sua maioria, média de acertos próxima a 56% no exame final nacional externo.

Além disso, em comparação com a educação de jovens e adultos e as classes noturnas, os resultados dos alunos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem registraram proficiências médias substantivamente mais elevadas.

b) Qualificação Profissional

A concepção de Qualificação Profissional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem mostrou-se inovadora, organizando-se em arcos compostos por quatro ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se prepara para ser empregado, mas também pequeno empresário ou sócio de cooperativa. A Qualificação Profissional inclui ainda a formação técnica geral (FTG), que aborda aspectos teórico-práticos importantes para qualquer tipo de curso profissionalizante.

Quanto à oferta de cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem o arco de ocupações mais presente foi o de Construção e Reparos, que tem duas modalidades e foi adotado em 19 das 27 capitais. O arco de Turismo e Hospitalidade foi oferecido em outras 17 capitais e o de Telemática, em 14. Foram ainda marcantes as ofertas de profissionalização em Madeira e Móveis, que se concentraram na região norte do país, nas capitais sob a influência da Floresta Amazônica - com exceção de Belém (PA), que optou pelo Agro- Extrativismo, também relacionado aos recursos da floresta.

A oportunidade de Qualificação Profissional é um dos fatores principais de atração para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem e, na opinião da maioria dos alunos ouvidos nos grupos focais, representou fator decisivo para o ingresso no curso. Entre os matriculados, a maior parte estava fora da escola e com restrições no mercado de trabalho, mas vislumbrou no Programa a chance de aprender uma profissão.

No entanto, os alunos expressaram frustração pelo fato de se tratar a FTG nas duas primeiras unidades e se começar o estudo dos arcos de ocupação apenas na terceira unidade, ou seja, na metade do curso. Isso indica a necessidade de rever a situação, procurando antecipar a formação nos arcos e, simultaneamente, redistribuir a FTG por mais unidades, com maior articulação dos dois componentes.

c) Ação Comunitária

Por sua vez, a ação comunitária revelou-se uma dimensão marcante do currículo integrado, permitindo o desenvolvimento de trabalhos coletivos e associados a outros componentes curriculares.

Nas aulas teóricas e oficinas, discutem-se questões como direitos humanos, direitos do consumidor, acesso aos bens e serviços públicos, ética e cidadania, assim como questões de saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre tantos outros.

A avaliação da realidade e a sistematização dos trabalhos nos planos de ação comunitária proporcionam aos alunos a oportunidade de vivenciar situações de conflito e negociações para sua superação, de dimensionar conquistas, avanços e recuos, refletindo sobre as práticas sociais e consolidando suas experiências.

Nessas reflexões, os jovens aprendem a avaliar o alcance de suas ações, as formas de encaminhamento das demandas e os meios de realização, sendo levados a compreender a importância e a eficácia do trabalho coletivo e solidário e tudo que isso pode representar em termos de aprendizado e desenvolvimento de competências e habilidades, visando à participação social e ao exercício da cidadania.

A avaliação desse componente pelos alunos e educadores foi muito positiva, indicando que representou oportunidade significativa de aprendizagem, resgate da cidadania e desenvolvimento social. No entanto, julgou-se que o nome ação comunitária não cobre toda a gama de conhecimentos e ações tratadas por esse componente curricular, devendo ser repensado para enfatizar a participação cidadã dos jovens.

Um aspecto importante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem que perpassa as três dimensões do currículo é a proposta de inclusão digital, na qual se procura realçar o papel do conhecimento em Informática como um dos pilares da vida moderna, visando a proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender os princípios de funcionamento, os programas principais e os recursos técnicos essenciais para a operação de computadores, sistemas periféricos e tecnologias da informação.

A inclusão digital mostrou ser um grande atrativo para os jovens que, segundo os dados levantados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação, justificam o interesse despertado pela informática com a crença de que o conhecimento nesse campo abre perspectivas favoráveis de "conseguir um novo trabalho" ou de "melhorar a vida da família".

No entanto, mostrou-se necessário integrar mais esse componente com os demais, enfatizando sua dimensão instrumental.

2.2.2 Organização pedagógica

2.2.2.1 Espaços

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem organizou-se em **núcleos**, que acolhiam 150 jovens, distribuídos em cinco turmas, funcionando diariamente em locais com espaços adequados disponíveis e, preferencialmente, próximos aos domicílios dos estudantes. Geralmente, localizavam-se em escolas municipais e em cada núcleo foi instalado um laboratório de informática (dez computadores e uma impressora) para uso pedagógico dos alunos e dos educadores.

Cada oito núcleos vinculavam-se a uma **estação juventude**, espaço de referência para os jovens: local de encontro, busca de informação, orientação, estudo, realização de eventos culturais e outras ações favorecedoras do processo formativo, da expressão cultural e da participação cidadã dos alunos.

Consideravam-se também espaços pedagógicos do ProJovem os diferentes locais da cidade onde os alunos vivem seu cotidiano e os recursos urbanos postos à disposição da população em geral. Segundo levantamento do Sistema de Monitoramento e Avaliação, essa organização do espaço requer alguns ajustes relativos ao número de alunos e de turmas por núcleo, de forma a minimizar problemas decorrentes das flutuações de frequência e de permanência dos jovens no Programa. Outra questão que se coloca é a necessidade de rever as funções das estações juventude que, em grande parte dos casos, não chegaram a constituir um espaço de referência para os alunos, mas funcionaram apenas como instâncias de administração escolar.

2.2.2.2 Tempos

O currículo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens:

Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem compreende 1.600 horas, sendo 1.200 de atividades presenciais e 400 horas não-presenciais, cumpridas ao longo de 12 meses ininterruptos. A organização dos tempos pedagógicos previa que cada uma das quatro unidades formativas fosse desenvolvida em doze semanas e meia, totalizando 50 semanas.

Também no caso da organização dos tempos pedagógicos, as informações do SMA indicam a necessidade de se fazerem algumas reformulações para viabilizar a compatibilização dos tempos de aula com os tempos de trabalho (com vínculo formal ou sem ele), o que requer menor número de aulas diárias, ao longo de maior extensão de tempo. Além disso, é necessário considerar a dispensa do pré-requisito de conclusão da 4ª série do ensino fundamental, que também implica ampliar a duração total do curso sem que haja aumento substantivo na quantidade de conteúdos tratados.

2.2.3 Material didático

Foram organizados quatro guias multidisciplinares para traduzir o currículo em situações de ensino e de aprendizagem, norteando o percurso dos alunos, orientando trabalhos individuais ou em grupo e dando apoio às atividades a distância.

Eles contêm textos com aspectos básicos de todos os conteúdos tratados nas três dimensões do curso, que devem ser articulados com os conhecimentos prévios e as experiências dos alunos.

Os eixos estruturantes permitem direcionar os estudos em uma perspectiva orgânica, contemplando temas significativos para o público do Programa.

- Unidade Formativa I: Juventude e Cidade
 - Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho
 - Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação
 - Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania
- Foram também elaborados Manuais do Educador, sendo um de orientações gerais e quatro específicos para as unidades.

A Qualificação Profissional contou com guias e manuais específicos para o desenvolvimento dos 23 arcos oferecidos no curso.

As atividades de integração curricular foram trabalhadas com apoio dos seguintes materiais:

- Sínteses integradoras: Parte II do Guia de Estudo, denominada "Aqui você é o Autor" com espaço para o registro de cada síntese, depois de corrigida e reescrita nas aulas de Informática;
- Plano de Ação Comunitária: roteiro de trabalho em folheto com espaços reservados para os registros solicitados;

- Projeto de Orientação Profissional: roteiro específico em folheto apropriado para o registro das anotações e reflexões do aluno.

Para orientar a avaliação formativa, processual, foi organizado um Caderno de Registro de Avaliações, com dez fichas de acompanhamento, sendo cinco para os componentes da Formação Básica (ensino fundamental), duas para Qualificação Profissional, uma para Ação Comunitária, uma para as sínteses integradoras e uma para o desenvolvimento de habilidades básicas.

Finalmente, foi organizada uma Agenda do Estudante destinada a estimular a integração dos jovens no curso e a ajudá-los a organizar seu próprio tempo de estudo. O material didático recebeu avaliação bastante positiva por alunos e educadores, mas é necessário fazer as adaptações para o desenvolvimento do curso em tempo ampliado.

* * *

A avaliação parcial do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem demonstra que o Programa é pertinente e que sua ação pedagógica é eficaz. Com ela, o jovem, efetivamente, adquire as competências próprias do ensino fundamental previstas nas diretrizes curriculares nacionais e amplia seus saberes e práticas nas demais dimensões do currículo. O ProJovem também opera positivamente para a promoção da equidade, proporcionando ganhos de proficiência em nível individual e, ao mesmo tempo, ampliando o contingente de jovens com melhora de rendimento escolar.

A conclusão do curso do ProJovem não deve ser encarada como um fim, mas como etapa da elevação ao patamar seguinte do percurso escolar, que é o ensino médio ou o técnico de nível médio.

No entanto, é necessário que se efetivem as modificações requeridas para a superação dos fatores que se evidenciam ao longo do processo de avaliação do Programa, o que será discutido no próximo capítulo.

PARTE II

LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA: O PROJovem URBANO

Como se viu na avaliação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, o Programa foi bem sucedido e oferece subsídios importantes para o Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do ProJovem Urbano. O Programa se mostra pertinente como política pública e eficaz como proposta pedagógica e curricular. Assim, o ProJovem Urbano deverá fundamentar-se nos mesmos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que orientaram o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, mas buscando superar os aspectos que apresentaram desafios e dificuldades para a concretização mais efetiva das finalidades pretendidas.

As finalidades do ProJovem Urbano são as mesmas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem.

Finalidades

O ProJovem Urbano tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre:

- Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial;

- Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Nessa perspectiva, o Programa tem como finalidades específicas:

- a re-inserção dos jovens no processo de escolarização;
- a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

A articulação entre o Programa bem sucedido e os desafios que se apresentam envolve aspectos que serão tratados a partir do capítulo 3.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS RELATIVOS À GESTÃO DO PROGRAMA

Os principais desafios que se apresentam para a gestão do ProJovem Urbano dizem respeito a: (i) redefinição do público potencial do Programa; (ii) instâncias de gestão do ProJovem Urbano; (iii) gestão inter-setorial; (iv) redesenho da matrícula.

3.1 Redefinição do Público Potencial do Programa

Para o planejamento do ProJovem Urbano, a Coordenação Nacional, juntamente com a equipe técnica do CAEd/UFJF, realizou, em 2007, um estudo populacional com o objetivo de estimar, para 2008, o público potencial do Programa e suas variáveis populacionais: escolaridade, faixa etária a ser atendida e distribuição geográfica. O estudo valeu-se de dados do IBGE (análise de série histórica populacional), principalmente aqueles gerados a partir de: (a) Pnad 2005 e Pnad 2006; (b) Estimativa 2006; e (c) Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) e (d) Contagem Populacional 2006 - IBGE. Foram usadas ainda informações obtidas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação.

Para o estudo, definiu-se como população jovem excluída aquela formada por jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que possuem de um a sete anos de escolaridade.

A comparação entre dados de 1970 e 2000 permite caracterizar **a evolução do peso da população jovem na população brasileira total.**

- A população brasileira jovem com idade entre 18 e 29 anos duplicou no período de 1970 a 2000. No segmento urbano triplicou, passando de 10.885.955 (ou 58% da população total), em 1970, para 30.820.196, em 2000 (ou 83% da população total).
- As regiões norte e centro-oeste mostraram os maiores níveis de crescimento demográfico da população jovem, enquanto a região sul apresentou o menor índice. O principal fator desse padrão de crescimento foram as migrações internas.
- A proporção da população jovem na população total do Brasil apresentou crescimento de 2%, passando de 20% em 1970 para 22% em 2000.
- Entre 2000 e 2006, essa tendência inverteu-se, e a participação da população jovem na população total apresentou queda de 22% para aproximadamente 21,5%.
- Comparando os dados da Pnad 2005 com os da Pnad 2006, percebe-se que a faixa etária de 18 a 24 anos (já atendida em parte pelo ProJovem) caiu de 11,08% para 10,94% da população total urbana (que era de aproximadamente 155 milhões) e de

60,84% para 60,23% da população jovem (cerca 34 milhões), enquanto a faixa de 25 a 29 anos aumentou de 7,14% para 7,26% e de 39,16% para 39,77%, respectivamente.

- Estimativas do IBGE para 2008 projetam uma população total de aproximadamente 192 milhões de brasileiros, sendo cerca de 40 milhões na faixa etária de 18 a 29 anos, o que significa um percentual estimado de 21% para a população jovem. Desses quase 41 milhões de jovens, pouco mais de 35 milhões (84,91%) estão em áreas urbanas.

A análise da população jovem, por sua vez, permite caracterizar a **população jovem excluída**, que é determinada pelas condições de vida da população e, conseqüentemente, pelo seu nível de escolaridade. A relação dessa população com os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) e desenvolvimento humano educacional (IDHE) demonstra que, quanto mais desenvolvida e escolarizada é a população, menor o número de excluídos.

- De 2000 para 2006 observou-se uma redução de 13,5% da população jovem excluída em relação à população jovem do Brasil. A tendência é haver um decréscimo bianual de 5% entre os excluídos, o que leva a uma estimativa de redução de 18%, até 2008. Essa tendência resulta de dois fatores principais: (a) diminuição da natalidade (entrada de coortes menores); e (b) melhoria da eficiência do sistema de ensino (menos excluídos).

- Segundo a Pnad 2006, dos cerca de 40 milhões de jovens brasileiros de 18 a 29 anos, aproximadamente 10 milhões e meio tinham de um a sete anos de escolaridade. Considerando apenas a população urbana, são mais de 34 milhões de jovens com 18 a 29 anos e cerca de 7 milhões e meio com um a sete anos de escolaridade.

Com base nos dados sobre a população jovem e a população excluída, foi possível definir o **público potencial do ProJovem Urbano**. Para isso, foram comparadas a população jovem excluída, já atendida pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem, e a população que será atendida pelo ProJovem Urbano, considerando-se, neste caso, os jovens de 18 a 29 anos de idade que saibam apenas ler e escrever. Esse estudo permitiu estimar que existem cerca de nove milhões de jovens brasileiros na faixa etária de 18 a 29 anos, com um a sete anos de escolaridade, sendo que cerca de 6,4 milhões vivem nas regiões urbanas, distribuindo-se entre cidades com mais de 200.000 habitantes (47%) e cidades com até 200.000 habitantes (53%).

Diante do exposto, o estudo populacional aponta a importância de estender-se o atendimento do ProJovem Urbano para além dos municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes e ampliar a faixa etária do público potencial, de modo a atender os jovens brasileiros que tenham 18 a 29 anos de idade e saibam ler e escrever. Além disso, considerando o propósito do governo de promover ampla inclusão social, o ProJovem Urbano contemplará jovens que estejam em unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade.

Essa redefinição do público potencial implica resolver, entre outros, o problema de encontrar meios para alcançar jovens geograficamente dispersos nas cidades de menor porte e até em algumas cidades maiores onde, mesmo havendo grande número absoluto de jovens excluídos, sua densidade é pequena no conjunto da população. Implica, além disso, adequar a organização do curso para funcionamento nas unidades prisionais e unidades socioeducativas de privação de liberdade, o que será tratado no capítulo 9 deste documento.

3.2 Instâncias de Gestão do ProJovem Urbano

3.2.1 Nível nacional

O ProJovem Urbano conta com um **Comitê Gestor** coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República/ Secretaria Nacional de Juventude e integrado pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A execução do Programa fica sob a responsabilidade da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, vinculada à Secretaria Nacional de Juventude. Cabe à Coordenação Nacional articular as gestões locais com vistas a possibilitar o cumprimento dos princípios, fundamentos e diretrizes nacionais do Programa, bem como a coordenação da produção dos materiais de ensino e aprendizagem, a formação dos educadores, a circulação de informações entre os participantes e o processo de monitoramento e avaliação externa de todo o ProJovem Urbano.

No primeiro momento, o ProJovem Urbano manterá a estratégia de acordos com as capitais, o distrito federal e os municípios maiores de 200.000 habitantes, mas será também executado em parceria com os estados, para atender municípios menores.

3.2.2 Gestão local

Cada Estado, Município ou DF integrante do ProJovem Urbano contará com: (a) um Comitê Gestor local, formado por representantes das secretarias estaduais, municipais ou do DF, responsáveis pelas áreas de juventude, educação, desenvolvimento/assistência social e trabalho. Outras secretarias também poderão fazer parte desse Comitê como forma de potencializar as ações do ProJovem Urbano; (b) uma coordenação local (estadual, municipal ou DF) incumbida da operacionalização do Programa em nível local de modo a alcançar o maior número possível de jovens excluídos, assegurando a permanência dos alunos no curso com aprendizagem efetiva. As equipes de coordenação estadual, municipal ou DF serão compostas por um coordenador executivo, um coordenador pedagógico e pessoal de apoio técnico e administrativo. Cabe a essas equipes, de acordo com diretrizes gerais da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, entre outras ações, articular-se com as administrações locais para tratar de:

- gerenciamento do ProJovem Urbano no nível estadual/ municipal/DF;
- definição dos estabelecimentos escolares onde serão realizadas as atividades do curso;
- definição dos locais de aulas práticas para o desenvolvimento dos arcos ocupacionais;
- apresentação do ProJovem Urbano aos diretores desses estabelecimentos e a outros funcionários cujo trabalho for afetado pelo funcionamento do curso;
- recrutamento e seleção de educadores de Formação Básica, de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã;
- contratação dos educadores selecionados;
- organização do recrutamento e da matrícula dos alunos;
- atendimento às solicitações do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- organização da formação inicial e continuada dos educadores sob sua jurisdição;
- definição das instituições certificadoras da conclusão do ensino fundamental e ou da habilitação nos arcos ocupacionais.

Há previsão de Fórum, em nível local, a ser regulamentado posteriormente, para encaminhamentos de questões acadêmicas e administrativas.

3.2.3 Pólos

O pólo é a menor instância de gestão do ProJovem Urbano. Cada Pólo compreende 16 núcleos que variam de 2400 até 3.200 alunos e possui uma equipe de gestão composta por: (a) um diretor-executivo; (b) um diretor pedagógico; e (c) pessoal de apoio técnico e administrativo.

Além desse pessoal, são lotados em cada pólo ou na coordenação local (quando for o caso) os educadores que trabalham nos núcleos: (i) educadores de Formação Básica, com licenciatura plena (sendo um de cada área do ensino fundamental); (ii) educadores de Qualificação Profissional, com qualificação adequada ao desenvolvimento dos arcos ocupacionais escolhidos pela gestão local; (iii) educadores de Participação Cidadã, com graduação em Serviço Social.

Cada educador de Formação Básica atua em cinco turmas e cada educador de Participação Cidadã, em dez. Os educadores de Qualificação Profissional atuam em turmas reestruturadas de acordo com os arcos ocupacionais oferecidos (no máximo, quatro arcos).

Um núcleo deve ter cinco turmas, sendo cada uma composta por, de preferência, 40 alunos, admitindo-se, excepcionalmente, variar até 20 alunos. Um núcleo deve atender no mínimo a 150 e, no máximo, a 200 alunos. Preferencialmente as cinco turmas devem funcionar na mesma escola, excepcionalmente poderão funcionar em unidades escolares próximas.

Se por qualquer razão, o número de alunos ficar abaixo do mínimo estipulado, as turmas deverão ser reorganizadas e o núcleo será fundido com outro em situação semelhante.

A equipe de direção do pólo, subordinada à coordenação local, tem como principais atribuições:

- gerenciar o ProJovem Urbano no respectivo pólo;
- auxiliar na apresentação do ProJovem Urbano aos diretores e outros funcionários dos estabelecimentos em que funcionará o curso;
- atuar no recrutamento e seleção de educadores de Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã;
- atuar no recrutamento e na matrícula dos alunos;
- coordenar o trabalho pedagógico e administrativo dos núcleos, em comum acordo com os diretores das escolas envolvidas;
- promover reuniões semanais de planejamento integrado das atividades de ensino e aprendizagem;
- implementar as atividades de formação continuada, apoiando a instituição formadora local;
- supervisionar o trabalho, a frequência e a pontualidade dos educadores lotados no pólo;
- manter registro atualizado do aproveitamento e frequência dos alunos, conforme solicitação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- facilitar ao pessoal do Sistema de Monitoramento e Avaliação o acesso aos núcleos, aos educadores e aos jovens.

3.3 Gestão Inter-setorial

Para viabilizar a concepção interdimensional do ProJovem Urbano, é necessário que sua gestão seja inter-setorial e compartilhada pelos órgãos de administração de políticas de juventude, educação, trabalho e desenvolvimento social, **em todos os níveis de implementação.**

Nesse sentido, um aspecto crucial é a criação/implementação/potencialização de instâncias da juventude, tais como secretarias estaduais, municipais e do DF de

juventude e conselhos que possam promover a transversalidade da política e dar sustentação às coordenações locais para articular, nesses níveis, as diferentes dimensões do ProJovem Urbano.

Os resultados da avaliação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem oferecem indicações no sentido de que, sem desconsiderar a perspectiva intersetorial, a escola seja o locus obrigatório de funcionamento do ProJovem Urbano.

3.4 Redesenho da Matrícula

Levando em conta o caráter nacional do ProJovem Urbano e, ao mesmo tempo, a importância da ação local no recrutamento e no acompanhamento dos jovens estudantes, a estratégia de matrícula no curso prevê diretrizes nacionais que orientarão as atividades realizadas nos estados e municípios e DF:

- em cada ano, o início de novas turmas só poderá ocorrer em momentos que serão definidos pela Coordenação Nacional do ProJovem;
- a matrícula será realizada pelos estados/municípios/DF por meio de sistema informatizado, e será acompanhada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- para matricular-se no ProJovem Urbano, o jovem deverá ter entre 18 e 29 anos completos;
- é também condição necessária para a matrícula que o jovem saiba ler e escrever, o que deve ser aferido por meio de teste de proficiência organizado sob responsabilidade da Coordenação Nacional e aplicado localmente, com supervisão do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- haverá seleção, mediante sorteio público, em local, data e horário previamente anunciados, se o número de candidatos em um estado/município for maior do que o número de vagas disponíveis. A seleção será feita pela coordenação local, e acompanhada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação, que se valerá de instrumentos especificamente elaborados para garantir a lisura do processo;
- o aluno será alocado, preferencialmente, em núcleo próximo a sua residência ou local de trabalho.

3.5 Auxílio Financeiro

O auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), será pago durante 20 meses, ficando o pagamento condicionado à frequência e à entrega dos trabalhos escolares.

Para receber o auxílio, o aluno deverá:

- comparecer todo mês a pelo menos 75% das atividades presenciais, em cada unidade formativa;
- entregar 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês.

CAPÍTULO 4

O SIGNIFICADO DE INCLUSÃO NO PROJÓVEM URBANO

Uma proposta educacional concretiza-se em um currículo que traduz as concepções nas quais se fundamenta. Assim, como passo inicial para elaborar o currículo do ProJovem Urbano, é importante clarificar o sentido da expressão "viver a juventude" nos dias de hoje. Para isso, é necessário desvendar o mundo contemporâneo, no qual

os dilemas e as perspectivas da juventude estão inscritos num tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais que geram exclusão. No Brasil, tal como pelo mundo afora, os jovens são os mais atingidos, tanto pelas transformações sociais, que tornam o mercado de trabalho excludente e mutante, quanto pelas distintas formas de violência física e simbólica, que caracterizaram a sociedade do fim do século XX e persistem neste início do século XXI.

4.1 A Perspectiva de Geração

Para compreender melhor o sentido de "viver a juventude" nos dias de hoje, é necessário assumir uma perspectiva de geração, que consiste numa nova forma de perceber a juventude **em suas relações com outros grupos sociais**. Assim como a "perspectiva de gênero" não está restrita às mulheres e diz respeito à equidade nas relações entre homens e mulheres, a "perspectiva de geração" necessariamente aponta para novas relações inter e intrageracionais e requer um diálogo intergeracional que produza novas escutas e aprendizados mútuos.

O diálogo **intergeracional** refere-se às relações entre os jovens e os adultos os quais se encontram nas famílias, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos de cultura e lazer, nas instituições de abrigo e carcerárias, ou seja, em todos os lugares sociais onde existem relações (simétricas ou assimétricas) entre jovens e adultos.

Esse diálogo implica escutar os jovens porque toda experiência geracional é inédita (só sabe o que é "ser jovem hoje", quem é jovem no mundo de hoje). Desse ângulo, os adultos têm muito a aprender.

Contudo, numa situação dialógica, os adultos também têm o que dizer, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a conquista dos "direitos dos jovens" não pode ser desvinculada de outras conquistas históricas das quais participaram muitos daqueles que são hoje adultos. Em segundo lugar, porque o diálogo intergeracional visa a uma aliança ancorada em valores de justiça social. É uma aliança que se faz em contraposição à sociedade do espetáculo e do consumo que, dia-a-dia, disputa os corações e as mentes dos adultos e, sobretudo, dos jovens de hoje. Em resumo, os adultos que trabalham com jovens são portadores de valores e experiências importantes para a construção do protagonismo dos jovens.

Por outro lado, é preciso escutar o diálogo **intrageneracional**, que reconhece a diversidade e amplia as possibilidades de participação dos jovens. Os brasileiros nascidos há 18 anos, por exemplo, estão próximos quanto à data de nascimento, mas podem estar socialmente muito distantes entre si. Afastados pela origem de classe; pelas relações subordinadas entre campo e cidade; pelas disparidades regionais; pela geografia das grandes cidades que discrimina suas favelas e periferias; por múltiplos preconceitos e discriminações. Os jovens brasileiros precisam encontrar-se e ouvir-se mais.

Muitos participam nos movimentos sociais, fazendo parte do movimento estudantil, de ONGs, de projetos sociais de fundações empresariais, das pastorais católica e evangélica, das organizações de empreendedorismo, das chamadas "minorias" de gênero, raça, orientação sexual, de grupos de jovens com deficiência, de redes regionais e movimentos culturais, demarcando fronteiras simbólicas para construir suas identidades contrastivas (nós versus eles) no interior da própria juventude.

Portanto, a participação social e o diálogo intrageracional não buscam produzir um "todo" homogêneo e insípido que desconhece as disputas de valores e concorrências organizacionais que fazem parte de nossa história recente. Busca, antes, pontos de convergência que façam positiva diferença para a concepção e a implantação de políticas públicas voltadas para a juventude.

Nesse sentido, aproximações inéditas precisam ser experimentadas. Para viabilizar o diálogo intrageracional dos "jovens que participam", fronteiras ideológicas e preconceitos mútuos precisam ser relativizados e, por esse caminho, pode-se chegar a outros tantos que "não participam" por falta de interesse ou de oportunidades.

4.2 A Dupla Exclusão

O casamento que parecia indissolúvel entre escola e trabalho está em crise e precisa ser re-pactuado. A concepção moderna de juventude – surgida de profundas transformações a partir do século XVIII e consolidada após a segunda guerra mundial – tornou a escolaridade uma etapa intrínseca da passagem para a maturidade. Idealmente, o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho, garantiria melhor passagem para a vida adulta. Na prática, essa "passagem" não aconteceu em ritmo e modalidades homogêneas nos diferentes países e no interior das juventudes de um mesmo país. Amplos contingentes juvenis de famílias pobres deixaram e deixam a escola para se incorporar prematura e precariamente ao mercado de trabalho informal e/ou experimentar desocupação prolongada.

Assim, é urgente re-conectar a escola com o mundo do trabalho.

Jovens de todas as classes e situações sociais estão submetidos às transformações recentes no mercado de trabalho onde o diploma não é mais garantia de inserção produtiva condizente com os diferentes níveis de escolaridade atingida. Certamente, os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho, precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais.

Isso apresenta o desafio de oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso à escola e de continuidade na formação escolar. Nesse cenário, necessitamos não só de novos currículos, materiais escolares, equipamentos e recursos humanos, mas também de um novo casamento entre educação e qualificação profissional. O que está em jogo é uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com o século XXI. Assim como, frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho, constrói-se uma nova cultura de formação que deve permitir ao jovem tanto se adequar às demandas do mercado de trabalho quanto buscar formas de empreendedorismo individual, cooperativo e associativo.

4.3 Exclusão e Crise de Confiança

A juventude de hoje vive inúmeras situações de violência relacionadas ao tráfico de drogas, ao uso de armas de fogo e à falta de preparo das polícias para lidar com os jovens.

Não há como negar que uma parcela deles está hoje bastante desestimulada. É muito difícil vencer o "realismo" advindo das experiências vivenciadas. Um jovem que parou de estudar e não consegue estabelecer vínculos estáveis no mundo do trabalho não é uma folha de papel em branco. Observa e conhece a atual dinâmica do mercado de trabalho mutante e restritivo. Muitas vezes tornou-se também refratário a iniciativas do poder público.

Muitos partilham de desconfiança em relação a programas e ações governamentais, conhecidos pela descontinuidade administrativa, pela fragmentação e pelos grandes hiatos entre o que é prometido e o que é realizado. Por esses e outros motivos – como as dificuldades de acesso às informações e o medo de deixar precárias fontes de renda

(lícitas ou ilícitas) -, muitas vezes há também uma resistência emocional do jovem a se envolver com uma segunda chance de formação escolar.

Isso traz uma série de desafios para o ProJovem Urbano. Do ponto de vista dos professores e coordenadores do programa, é preciso muita criatividade, energia e habilidade para apostar no potencial dos jovens e para fazê-los crer que vale a pena buscar alternativas de inserção social. É também necessário que tenham energia e habilidade para lidar com as novidades curriculares.

Afinal, conteúdos estanques e fronteiras disciplinares estão cristalizados nos livros didáticos e nas trajetórias pessoais dos profissionais de educação, tornando-se necessário um esforço deliberado para superar preconceitos e perceber novas formas de ação educativa.

Tudo isso aponta para um currículo integrado que considere as dimensões humanas do conhecimento, da ação e do compromisso consigo mesmo e com os outros.

É importante notar, entretanto, que o processo de construção interdisciplinar e interdimensional envolvido na integração curricular é uma condição importante, porém não suficiente para garantir a inclusão social dos jovens. Do ponto de vista específico da proposta curricular, é preciso que se respeitem e se valorizem as culturas dos jovens, mas também que se criem contextos que lhes favoreçam, na posição de sujeitos, a efetiva apropriação crítica de conhecimentos e linguagens de outros grupos sociais e do mundo do trabalho. **Reconhecer e valorizar as culturas dos jovens não significa, por exemplo, aceitar que não sejam bons leitores, que não saibam usar o computador, a Internet, e outras tecnologias usuais na vida cotidiana dos tempos atuais.** É preciso que a educação faça sua parte, embora não se possa esperar que ela cumpra sozinha uma missão que é de toda a sociedade.

CAPÍTULO 5

O CURRÍCULO INTEGRADO

O princípio fundamental do ProJovem Urbano é o da integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, tendo em vista a promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram esses jovens no que se refere aos direitos à educação, ao trabalho e à cidadania. Entende-se ainda que o acesso a esses direitos, assim como a outros direitos universais, só será pleno quando a sociedade reconhecê-los e, particularmente, quando os segmentos deles privados assumirem-se como cidadãos ativos, conscientes do seu direito a ter direitos e da necessidade de lutar por eles.

Assim, o ProJovem Urbano propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. E para que a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã possam fortalecer-se mutuamente, cada uma delas deve desenvolver-se plenamente e em consonância com as demandas para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea.

O currículo do ProJovem Urbano foi concebido nessa perspectiva e pretende ultrapassar o campo das intenções para promover situações pedagógicas que efetivamente favoreçam a construção do protagonismo juvenil. Isso implica criar estruturas, tempos e espaços de aprendizagem vinculados aos objetivos do Programa e planejar ações nas quais se concretizem as experiências julgadas fundamentais para o processo de inclusão pretendido.

5.1 A Noção de Currículo Integrado

A palavra currículo teve diferentes significados ao longo da história da Pedagogia. Numa perspectiva mais tradicional, significa a lista dos conteúdos de um curso. Em outras visões como a da Escola Nova, por exemplo, refere-se ao conjunto das experiências vividas pelo aluno sob a orientação da escola. No contexto do tecnicismo, reporta-se aos arranjos necessários para compatibilizar os objetivos com os conteúdos e as atividades do processo de escolarização. Esses significados não são simplesmente substituídos uns pelos outros, mas permanecem no imaginário dos educadores, até de forma inconsciente, o que leva à necessidade de refletir sobre as influências que eles exercem na prática pedagógica.

No entanto, as idéias mais atuais vêem o currículo, não como algo **feito**, mas como algo **que se faz** ao longo do tempo, e é essa concepção que se adota no ProJovem Urbano, considerando-se o currículo como um processo que envolve **escolhas, conflitos e acordos** que se dão em determinados **contextos** — como os órgãos centrais de educação ou as próprias escolas — com a finalidade de propor o que se vai ensinar. O resultado desse processo é chamado **currículo formal**, que, na escola e, principalmente na sala de aula, transforma-se em **currículo real**, ou seja, aquilo que efetivamente é ensinado/aprendido, nas interações com professores e colegas e, em geral, nas experiências vivenciadas no contexto escolar. O currículo real, portanto, se concretiza no **cotidiano da escola, ao longo do tempo**.

É importante lembrar ainda as noções de **currículo oculto** (o que se ensina e se aprende, sem que seja explicitado ou planejado, ao vivenciar a cultura da escola) e de **currículo nulo** (o que é calado, omitido no processo de ensino e aprendizagem, intencionalmente ou não). Esses elementos podem influir no currículo formal e, especialmente, no currículo real, gerando preconceitos e discriminações que devem ser explicitados e superados.

Um currículo pode ser integrado ou não, mas hoje se acredita que a integração seja importante para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. **Integrar significa inter-relacionar dimensões ou idéias de modo a construir um todo que faça sentido**. No ProJovem Urbano, trabalha-se com o princípio de que o sujeito aprende realmente quando organiza os conhecimentos de forma própria, relacionando as novidades com aquilo que já sabia. Em outras palavras, é preciso que a educação seja contextualizada e considere o aluno como sujeito, protagonista de sua formação como ser humano e cidadão.

Como foi dito, o currículo do ProJovem Urbano abrange os diferentes aspectos do ser humano em sua interação com a cultura e a sociedade contemporâneas, sustentando-se em três dimensões que funcionam como pilares: a **Formação Básica** para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental; a **Qualificação Profissional** para o mundo do trabalho, incluindo qualificação inicial em um arco de ocupações (vide relação anexa); e a **Participação Cidadã** envolvendo uma experiência de ação social cidadã. Para que o curso cumpra as finalidades a que se propôs, essas três dimensões devem ser articuladas, de modo que cada uma contribua para fortalecer as demais.

5.1.1 A questão dos conteúdos

Alguns educadores esperam que um currículo integrado não tenha disciplinas distintas e se constitua unicamente pela análise de problemas vinculados ao cotidiano. No entanto, cada disciplina tem um modo específico de ver a realidade e o conhecimento desses diferentes pontos de vista é importante para que o jovem possa de fato construir sua subjetividade e conquistar sua inclusão social no mundo de hoje. A

admissão dessas especificidades, porém, **não implica separar, mas sim distinguir** as contribuições de cada disciplina.

O termo interdisciplinaridade é usado com diferentes sentidos por diferentes autores e, às vezes, se confunde com outras palavras como, por exemplo: pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. **No contexto do ProJovem Urbano, a interdisciplinaridade é vista como uma construção do aluno, que se faz com base em conhecimentos multidisciplinares.** Ou seja, os jovens têm aulas de diferentes conteúdos disciplinares, mas trabalham sobre eles para conectá-los entre si e com sua própria vida.

Interdisciplinaridade não é sinônimo de integração, mas as relações entre os dois conceitos são múltiplas e fortes, pois a construção da interdisciplinaridade é uma poderosa ferramenta de integração, de articulação das diferentes dimensões do currículo.

Isso deve ficar muito claro, pois alguns negam importância aos conteúdos com base em uma interpretação inadequada da afirmação de que, **nos tempos atuais, o importante é aprender a aprender e não estudar conteúdos disciplinares.** Interpretação inadequada, pois ninguém aprende a aprender no vazio.

Ninguém consegue ampliar conhecimentos apenas refletindo sobre o que já sabe, já viveu ou está vivendo. É preciso que se trabalhe com um conteúdo organizado e sistematizado para que se possa avançar, para que se possa "aprender a aprender".

Esse uso do conteúdo não pode ser confundido com conteudismo, que dá importância ao conteúdo por si mesmo, como se o currículo fosse uma enciclopédia que abrangesse tudo de todas as áreas de conhecimento.

Na perspectiva contemporânea, fica claro que, qualquer que seja a seleção de conteúdos para um currículo, feita por meio de debates e acordos entre grupos de educadores, ela não é a única possível. Dependendo de vários fatores, esses conteúdos poderiam ser outros. Nenhum deles se impõe necessária e arbitrariamente, mas **isso não dispensa conteúdos cientificamente corretos e socialmente relevantes para "aprender a aprender".**

No caso do ProJovem Urbano, os conteúdos são selecionados em função dos jovens estudantes, segundo sua importância para a formação de cidadãos conscientes e capazes de mudar sua postura diante dos fatos e dos problemas da vida contemporânea.

Nesse caso, os conteúdos tornam-se instrumentos da inclusão social e compreendem, além dos cognitivos, os conteúdos procedimentais e atitudinais.

5.1.2 A seleção de conteúdos para o currículo integrado do ProJovem Urbano

Na atualidade, a seleção de conteúdos não pode mais ficar restrita a uma lista tradicional de disciplinas ensinadas na escola, na perspectiva do chamado currículo mínimo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a legislação conexas mostram que o currículo como lista de disciplinas e os programas de ensino detalhados e obrigatórios fazem parte do passado. Não há mais currículos com disciplinas especificadas e carga horária prefixada pelos conselhos de educação, e as diretrizes curriculares dão apenas indicações gerais. Em relação ao ensino fundamental, a LDB restringe-se a indicar grandes campos de conhecimento importantes para a formação integral do aluno e para que ele compreenda o mundo físico e social. Como, então, selecionar conteúdos relevantes e válidos?

Essa escolha deve ser resultado de um trabalho coletivo:

educadores de diferentes áreas fazem suas propostas sobre o que realmente seria fundamental ensinar e aprender num determinado curso ou programa. No caso do

ProJovem Urbano, educadores das várias áreas do conhecimento – em todas as dimensões do currículo – detalharam esses conteúdos e os escreveram nos Guias de Estudo. Os Guias são analisados por outros educadores, entre os quais os próprios educadores do ProJovem Urbano. Do trabalho com os Guias de Estudo, no contexto da escola e da sala de aula, surge o **currículo real** do curso.

No entanto, nenhum desses educadores faz escolhas gratuitas, mas, sim, fundadas em critérios que orientam a elaboração do currículo.

No ProJovem Urbano, por exemplo, a orientação para a seleção dos conteúdos das disciplinas vem da identificação de aspectos importantes para os jovens que vivem nas áreas urbanas e que, em algum momento de suas vidas, foram excluídos socialmente – da escola, do mundo do trabalho, do exercício da cidadania. Esses aspectos, apresentados em tópicos precedentes deste texto, são traduzidos em objetivos do ensino e aprendizagem (capacidades, habilidades ou competências que os alunos devem desenvolver) e diretrizes curriculares.

5.2 Objetivos Gerais do ProJovem Urbano

Ao integrar Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, o ProJovem Urbano deve oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto à sua inserção social e profissional.

Nessa perspectiva, espera-se que os jovens concluintes do Programa sejam capazes de:

- afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional;
- desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- acessar os meios necessários para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc.;
- assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas visando a sua superação e participar da respectiva implementação e avaliação;
- refletir criticamente sobre sua própria prática;
- conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;
- exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;

- continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

5.3 Diretrizes Curriculares

No ProJovem Urbano, a elaboração dos materiais, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem foram orientados pelos objetivos expressos no tópico anterior e pelas diretrizes seguintes.

5.3.1 Diretrizes gerais relativas às dimensões curriculares

- A Formação Básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã.
- A Qualificação Profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens.
- A Participação Cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários.

5.3.2 Diretrizes operacionais

- Valorizar as experiências e os conhecimentos prévios dos jovens, tomando-os como base e ponto de partida para a aprendizagem de conteúdos do ensino.
- Reconhecer e valorizar as diferenças de gênero, de raça/etnia, cultura, religião etc.
- Orientar as atividades de ensino de acordo com as potencialidades, as dificuldades específicas, bem como as formas e os ritmos de aprendizagem dos participantes.
- Propiciar oportunidades de escolha e de tomada de decisão para resolução de problemas.
- Planejar vivências de construção de regras e definição de responsabilidades.
- Conjuguar a unidade dos conteúdos de ensino propostos com a possibilidade de adaptação deles às peculiaridades regionais e/ ou locais.
- Enfatizar os conceitos básicos e as funções sociais das diferentes ciências, focalizando os respectivos conteúdos na perspectiva da vida contemporânea.
- Adotar estratégias de ensino diversas (estudo de textos, vídeos e filmes, visitas programadas, pesquisa de campo, produção e revisão de textos escritos, exercícios práticos e orientados, roteiros para autocorreção etc.) que dialoguem com o mundo dos jovens, incentivando sua autonomia como aprendizes, despertando seu interesse por ampliar seus conhecimentos e suas experiências culturais.
- Enfatizar o desenvolvimento de habilidades básicas, que facilitem a adaptação dos jovens às mudanças na realidade da organização do trabalho e da vida na sociedade.
- Incluir espaços e tempos especialmente destinados a variadas formas de registro pessoal e à análise de suas próprias trajetórias familiares, comunitárias, escolares e profissionais, assim como à incorporação das novas informações e conhecimentos adquiridos.
- Estimular a dimensão instituinte da prática, orientando o jovem a ler os textos e fazer as atividades de estudo pensando na prática e, da mesma forma, desenvolver essa prática refletindo sobre os conhecimentos que construiu ao estudar.

- Incluir no percurso formativo situações pedagógicas que propiciem a aprendizagem de trabalho coletivo, de práticas associativas, de ações reivindicativas e propositivas que contribuam para a construção da participação cidadã dos jovens e que fomentem o exercício da democracia, da solidariedade, da cooperação.
- Prever oportunidades para que os jovens tenham condição de participar ativamente da vida da comunidade em que moram.
- Organizar o currículo em grandes áreas temáticas articuladas por eixos estruturantes, de modo que os conteúdos das disciplinas não se esgotem na carga horária atribuída a cada componente curricular e que, em cada período, se tenha um espaço bem delimitado para concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares ligados à construção do conhecimento escolar, ao trabalho e à participação cidadã.
- Centrar a avaliação no desempenho dos alunos, de maneira contínua, progressiva e contextualizada, abrangendo todos os momentos e os diferentes aspectos do curso.
- Avaliar múltiplos aspectos do desempenho dos jovens, indo além da aferição de conhecimentos e considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o estudo e com a participação cidadã.
- Utilizar diferentes procedimentos e instrumentos de avaliação, inclusive provas e trabalhos finais, para fundamentar a auto-avaliação e a avaliação pelos colegas e pelos professores.

5.4 Desenho do Currículo

O currículo do ProJovem Urbano organiza-se como uma rede resultante do cruzamento de eixos estruturantes com os conteúdos curriculares selecionados. Tanto os conteúdos curriculares quanto os eixos estruturantes foram definidos com base nas características do público potencial, nos objetivos e nas diretrizes definidos para o curso. Como se vê no Quadro 1, a seguir, esse cruzamento dá origem a células que devem ser preenchidas de acordo com as duas referências: cada eixo interage com cada componente curricular, de modo que, mesmo mantendo-se o ponto de vista específico de cada campo de conhecimento, os eixos e os conteúdos abordam aspectos comuns.

5.4.1 Eixos estruturantes e matriz curricular

Os eixos estruturantes do ProJovem Urbano são:

- Unidade Formativa I - Juventude e Cultura
- Unidade Formativa II - Juventude e Cidade
- Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho
- Unidade Formativa IV - Juventude e Comunicação
- Unidade Formativa V - Juventude e Tecnologia
- Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania

Os educadores das diferentes áreas tomam esses eixos como referência para organizar os conteúdos em tópicos, construindo a seguinte matriz curricular.

Quadro 1 – Matriz Curricular do ProJovem Urbano

Competências Eixos Estruturantes	Ciências Humanas	Língua Portuguesa	Inglês	Matemática	Ciências da Natureza	Qualificação Profissional	Participação Cidadã
Atividade e Cultura	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
Iniciativa e Criatividade	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
Iniciativa e Trabalho	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
Iniciativa e Cidadania	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
Iniciativa e Tecnologia	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
Iniciativa e Cidadania	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos

O componente Formação Básica, que constitui uma das três dimensões do currículo, desdobra-se em áreas ou disciplinas que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, devem promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis para a vida na sociedade atual.

Além disso, inclui a elaboração de sínteses interdisciplinares, relacionando os conhecimentos das três dimensões do currículo com questões que perpassam o cotidiano do jovem.

O componente Qualificação Profissional, que corresponde a outra dimensão do currículo do ProJovem Urbano, desdobra-se em três conjuntos de atividades:

- Formação Técnica Geral, que aborda aspectos comuns a qualquer ocupação e que permitem ao jovem compreender o papel do trabalho e da formação profissional no mundo contemporâneo;
- Arcos Ocupacionais, em número de 23, que preparam o jovem para atuar no mundo do trabalho, como empregado, pequeno empresário ou membro de cooperativa. Baseando-se em concepções contemporâneas de organização do trabalho, cada arco desenvolve competências relacionadas à concepção, à produção e à circulação de bens ou serviços, ampliando e articulando as possibilidades de atuação do jovem no mundo do trabalho.
- Projeto de Orientação Profissional (POP), que é um trabalho de cunho reflexivo, ao longo de todo o curso, preparando o jovem para melhor compreender a dinâmica do mundo do trabalho e planejar o percurso de sua formação profissional.

Por sua vez, o componente Participação Cidadã, que também corresponde a uma das dimensões curriculares, compreende dois conjuntos de atividades:

- Reflexões sobre conceitos básicos para a Participação Cidadã, articulando-se esse componente com os demais, especialmente, Ciências Humanas, Língua Portuguesa e Qualificação para o Trabalho;
- Plano de Ação Comunitária (PLA), que se refere ao planejamento, realização, avaliação e sistematização de uma ação social escolhida pelos alunos, fundamentada no conhecimento de sua realidade próxima.

Com base nos tópicos gerados a partir da matriz curricular, cada educador trabalha como **especialista** em sua área, mostrando como essa contribui para a construção do

conhecimento do cidadão. E trabalha como **professor orientador**, na integração das três dimensões curriculares.

Nessa perspectiva, os eixos estruturantes do currículo podem ser entendidos como temas transversais. Fazem parte do contexto dos jovens, mas são focalizados pelos diferentes campos do conhecimento (das três dimensões do currículo), segundo as especificidades do olhar de cada um.

5.4.2 Atividades de integração interdimensional e interdisciplinar

Para garantir a integração interdimensional e interdisciplinar, a construção em rede é necessária, mas pode não ser suficiente.

Assim, é imprescindível prever espaços e tempos curriculares destinados especificamente à integração. Nessas situações, como já foi mencionado, os educadores do ProJovem Urbano atuarão como **orientadores de aprendizagem**, trabalhando com os alunos na elaboração das **Sínteses Interdisciplinares**, do **Plano de Ação Comunitária – PLA**, e do **Projeto de Orientação Profissional – POP**. As três atividades criam oportunidades adequadas para que o jovem construa sua subjetividade, articulando a pessoa humana, o trabalhador, o estudante e o cidadão.

5.4.2.1 As Sínteses Interdisciplinares

As sínteses interdisciplinares resultam do trabalho com os temas integradores, que são cinco em cada unidade formativa.

Eles se relacionam muito de perto com a vida e as emoções dos jovens mobilizando-os ao mesmo tempo como pessoas e como estudantes, levando-os a organizar os novos conhecimentos (conteúdos, habilidades e valores, de natureza intelectual, ética e estética) de modo a relacioná-los não apenas com suas experiências passadas (seus conhecimentos prévios), mas também com o que sonham e desejam ser no futuro.

Para que o aluno chegue a cada síntese, são desenvolvidas diferentes atividades, desde o estudo dos textos especialmente elaborados para o curso, passando por discussões em pequenos grupos, esclarecimento de dúvidas pelo professor orientador da turma, excursões e ou visitas realizadas, filmes assistidos e comentados, entrevistas e outras mais a serem planejadas de acordo com os interesses e necessidades do grupo.

Para cada Unidade Formativa do ProJovem Urbano, foram propostos cinco temas integradores: (i) identidade do jovem, (ii) os "territórios" da juventude urbana; (iii) violência e vida do jovem; (iv) juventude e qualidade de vida; (v) juventude e responsabilidade ambiental. Os temas se desdobram ao longo do curso, abordando, em cada unidade, aspectos relacionados ao eixo estruturante.

Isso também está implicado na concepção de interdisciplinaridade adotada no ProJovem Urbano, que requer a criação de condições para que os jovens se apropriem dos conteúdos, não em si mesmos, mas como suporte para o desenvolvimento das habilidades de diferentes tipos, dos valores e atitudes, enfim, das competências buscadas pelo curso.

Nessa perspectiva, não é indicado ampliar muito os conteúdos focalizados, mas sim criar condições para que o aluno adquira "desenvoltura" em relação ao que foi selecionado. **É necessário que os conteúdos tratados em cada disciplina sejam, repetidas vezes, objeto de diferentes ações e reflexões, de modo que passem a integrar o "território cognitivo, afetivo e prático" que o jovem domina.** Assim, é mais adequado que ele refaça seu trabalho com cada tema integrador, acrescentando-lhe, a cada vez, novos aspectos e buscando estabelecer relação com o

que foi visto desde o início, sobre o assunto. É importante também que, à medida que o curso for avançando, os alunos sejam encorajados a estabelecer relações entre os próprios temas integradores.

Os quadros 2 a 7, a seguir, apresentam os temas integradores a serem tratados nas diferentes unidades do curso.

Quadro 2 – Temas integradores da Unidade Formativa I

Eixo Estruturante	Tópicos de Ciências Humanas	Tópicos de Língua Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de Ciências da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
Intervenção Cultural	<p>Ser jovem hoje</p> <p>A cultura da comunidade em que vivo (saberes, fazeres, crenças e expressões artísticas)</p> <p>Sofrer preconceitos e discriminação...</p> <p>Minha turma tem boa qualidade de vida?</p> <p>Os hábitos culturais de minha comunidade respeitam a Natureza?</p>						

Quadro 3 – Temas integradores da Unidade Formativa II

Eixo Estruturante	Tópicos de Ciências Humanas	Tópicos de Língua Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de Ciências da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
Intervenção e Cidade	<p>Viver na cidade</p> <p>Meu bairro, meu território</p> <p>A violência urbana invade o dia-a-dia dos jovens?</p> <p>Educação, trabalho e lazer ao alcance de todos?</p> <p>Saneamento básico é importante...</p>						

Quadro 4 – Temas integradores da Unidade Formativa III

Eixo Estruturante ↓	Tópicos de Ciências Humanas	Tópicos de Língua Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de Ciências da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
III Juventude e Trabalho	<p>Ser jovem: aprendendo e trabalhando</p> <p>Ser jovem é ser consumidor?</p> <p>A violência e minha situação de trabalho</p> <p>Direitos de trabalhador: eu tenho?</p> <p>Como meu trabalho pode prejudicar ou proteger o meio ambiente?</p>						

Quadro 5 – Temas integradores da Unidade Formativa IV

Eixo Estruturante ↓	Tópicos de Ciências Humanas	Tópicos de Língua Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de Ciências da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
V Juventude e Comunicação	<p>Comunicação: importância para minha vida e meu trabalho</p> <p>Meios de comunicação: integração ou exclusão?</p> <p>Sexualidade e responsabilidade</p> <p>Eu tenho acesso aos meios de comunicação?</p> <p>Meio ambiente e comunicação no mundo globalizado</p>						

Quadro 6 – Temas integradores da Unidade Formativa V

Eixo Estruturante ↓	Tópicos de Ciências Humanas	Tópicos de Língua Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de Ciências da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
V Juventude e Tecnologia	<p>A produção do meu corpo: saúde e beleza</p> <p>A tecnologia humaniza a cidade?</p> <p>A dificuldade de acesso às tecnologias é uma violência contra o cidadão...</p> <p>A tecnologia facilita a minha vida de jovem?</p> <p>Como a tecnologia pode proteger/destruir o meio ambiente em que vivo?</p>						

Quadro 7 – Temas integradores da Unidade Formativa VI

Eixo Estruturante	Tópicos de Ciências Humanas	Tópicos de Língua Portuguesa	Tópicos de Inglês	Tópicos de Matemática	Tópicos de Ciências da Natureza	Tópicos de Qualificação Profissional	Tópicos de Participação Cidadã
VI Juventude e Cidadania	Ser aluno do ProJovem Urbano é uma experiência de cidadania? Dá pra ser feliz morando na cidade? Ser cidadão é ser ético! Ser um jovem cidadão no pleno exercício da cidadania é ... Responsabilidade pelo meio ambiente é coisa de jovem?						

O trabalho de elaboração das sínteses consiste principalmente em obter informações relacionadas com o tema em pauta, analisá-las, avaliá-las e organizá-las, relacionando-as com conhecimentos e experiências anteriores, com questões a serem resolvidas no momento e com projetos futuros. Esse é o ponto fundamental do **processo de aprender a aprender**.

Para cumprir os requisitos previstos no currículo do ProJovem Urbano, os alunos deverão desenvolver um tema integrador por quinzena, ao longo das seis unidades, ou seja, deverão elaborar 30 sínteses interdisciplinares.

5.4.2.2 O Plano de Ação Comunitária - PLA

Outro importante instrumento de integração do currículo do ProJovem Urbano é constituído pelo PLA, um plano a ser elaborado, desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular Participação Cidadã. Tem como referência a idéia de que **participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo**. Inicia-se pela construção de um **mapa de desafios da comunidade**, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, para o que são usados conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes do currículo, quer os de Formação Básica, quer os de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã. Além disso, o PLA implica uma experiência de trabalho cooperativo e responsabilidade solidária com o grupo, essenciais para a formação de um jovem que se importa em participar de alguma mudança na sociedade em que vive.

5.4.2.3 Projeto de Orientação Profissional – POP

Também o POP implica um olhar interdisciplinar que permite a integração da dimensão Qualificação Profissional com a Formação Básica e a Participação Cidadã. Mas, diferentemente do PLA, não é um plano para ser desenvolvido e avaliado durante o curso e nem mesmo depois dele, embora se espere que ajude o jovem a situar-se no mundo do trabalho. Trata-se de uma reflexão continuada sobre todas as atividades curriculares: aprendizagens práticas e sociais, vivências, organização de conteúdos na relação teoria e prática. Para tanto, é preciso conhecer a cidade do ponto de vista das oportunidades que ela oferece para o desenvolvimento profissional, durante o ProJovem Urbano e após sua conclusão. Situa-se na linha do que se chama "narrativa

como técnica de ensino e aprendizagem”, cuja finalidade principal é promover o crescimento pessoal do aluno e sua visão crítica da realidade em que vive e da formação profissional que lhe foi oferecida no curso.

5.4.3 Carga horária e atividades

A carga horária do ProJovem Urbano é de 2.000 horas (1.560 presenciais e 440 não-presenciais), a serem cumpridas ao longo de **18 meses** letivos (**78 semanas**). Esse percurso formativo foi organizado nas seis unidades formativas mencionadas, cada uma com a duração de três meses.

O desenvolvimento das atividades previstas pressupõe a dedicação dos jovens ao curso por aproximadamente 26 horas semanais. As horas presenciais (20 horas semanais) incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de Qualificação Profissional e à Participação Cidadã, sob a supervisão de um educador. As horas não-presenciais são dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas e à elaboração de planos e registros - individualmente ou em pequenos grupos - nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes.

Sempre considerando a necessária integração entre os componentes curriculares e a propriedade de desenvolver a Formação Básica de modo a apoiar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã, a carga horária do curso será distribuída da seguinte maneira:

Quadro 8 – Carga horária das três dimensões do currículo

Carga horária	Formação Básica	Qualificação Profissional	Participação Cidadã	Total
Horas presenciais	1.092	390	78	1.560
Horas não-presenciais		440		440
			Total	2.000

5.5 Detalhamento do Currículo

Como se disse, cada Unidade Formativa constrói-se em torno de um **eixo estruturante** que funciona como tema transversal, ou seja, orienta a seleção final dos conteúdos e sua organização em tópicos. Cada componente curricular enfoca o eixo estruturante com o olhar da disciplina ou campo de conhecimento correspondente, de modo a criar um ambiente pedagógico favorável à **construção de noções fundamentais e ao desenvolvimento de habilidades básicas**. Esse processo se traduz em **ações curriculares** ou situações de ensino e aprendizagem nas quais o aluno se apropria das informações e as incorpora ao seu repertório de aprendizagens por meio de atividades integradoras:

as sínteses interdisciplinares orientadas pelos temas integradores, o POP, o PLA.

5.5.1 Unidade Formativa I: Juventude e Cultura

5.5.1.1 Eixo estruturante

Os jovens e a Cultura como construção histórica e coletiva que atribui sentido ao mundo, forma identidades, produz linguagens e ferramentas, institui regras e costumes. Re-posicionamento diante do fato de que o reconhecimento social de distintas culturas está sujeito às relações assimétricas de poder político e econômico.

5.5.1.2 Ações curriculares

As noções fundamentais, as habilidades e os valores básicos para o desenvolvimento integrado da Unidade Formativa I serão construídos em torno dos seguintes temas:

- Ciências Humanas

Identidade juvenil: auto-conhecimento do aluno, conhecimento da turma, história de vida, noção de sujeito histórico, juventude e seus significados. Concepções de História e tempo histórico, Geografia e espaço geográfico. As ciências humanas e a compreensão do mundo. Cultura, culturas juvenis, manifestações culturais, diversidade cultural, patrimônio cultural.

- Língua Portuguesa

Habilidades de leitura de textos em verso e em prosa:

identificar informações explícitas no texto. Noção de verso e prosa. Noção de rima. Produção de textos: bilhete. Verbos no presente, passado e futuro. Substantivos próprios. Noção de sílaba e separação de sílabas. Vogais e consoantes. Sons nasais. Ordem alfabética. Verbete de dicionário. Noção de artigo. Feminino e masculino, singular e plural. Adjetivos pátrios. Tipos de texto e respectiva finalidade. Ortografia.

- Inglês

Introdução ao estudo da língua inglesa: apresentação de funções básicas da linguagem, como cumprimentar, apresentar-se, despedir-se, agradecer, desculpar-se, pedir as horas, expressar o que gosta de fazer etc. Vocabulário básico para utilização dessas funções: números, pronomes pessoais e possessivos, nomes de lugares, dias da semana, verbos etc. Verbo to be (incluindo there is/ there are) para formar frases afirmativas, negativas e interrogativas no tempo presente.

- Matemática

A construção matemática nas diferentes culturas e o ensino aprendizagem da matemática a partir da diversidade cultural. Resolução de problemas. Geometria e arte.

Sistemas de numeração e sistema de numeração decimal.

As quatro operações fundamentais. Cálculo mental; cálculo por estimativa; uso da calculadora. Tabelas.

- Ciências da Natureza

Transformações químicas: evidências macroscópicas; reagentes e produtos. Conservação da massa. Componentes principais dos alimentos: carboidratos, lipídios, proteínas e vitaminas. Técnicas tradicionais e atuais de conservação de alimentos. Corpo e saúde: aspectos históricos e culturais. Corpo humano: funções de nutrição, relação e coordenação. Energia e transformação de energia. Calor e mudança de estado. Combustão. Ciclo de matéria e fluxo de energia.

- Participação Cidadã

Acolhimento dos jovens, caracterização das potencialidades e interesses do grupo. Construção de vínculos, identidade e relação de pertencimento com a turma, o núcleo e o Programa. Reconhecimento das culturas juvenis do município e dos espaços de

inserção cultural, social, profissional e política das juventudes. Reflexão sobre a condição juvenil.

- **Qualificação Profissional**

Arte e trabalho, os jovens e o trabalho; o trabalho como técnica: como fazer. Finalidade do trabalho: para que fazer; o trabalho como realização; qualidade de vida e qualidade no trabalho. Relações de trabalho; leis trabalhistas, conquista dos trabalhadores, órgãos do trabalho; flexibilização das relações de trabalho. Formação Técnica Geral, importância; preparação do trabalho e execução de tarefas específicas. A mobilidade profissional; a valorização do trabalhador. Técnica, Tecnologia e Ciência. Mobilidade: adaptação e desafio; migração, um fenômeno coletivo.

Cultura e imigração. Arcos de ocupações.

- **Informática**

Introdução à Informática. Monitor, teclado, mouse.

Digitação e gravação de textos. Desenho. Navegação na Internet: sites e links.

- **Integração Interdisciplinar e Interdimensional** Elaboração dos temas integradores da unidade. Idéia do POP como reflexão sobre a prática e instrumento de apoio à Qualificação Profissional inicial, durante e após a conclusão do curso. Idéia do PLA como ação social cidadã.

Manifestações artísticas. Desenvolvimento da Participação Cidadã a partir de reflexão sobre convivência social, identidades e diversidade cultural, respeito às diferenças e valorização do intercâmbio entre culturas.

5.5.2 Unidade Formativa II: Juventude e Cidade

5.5.2.1 Eixo estruturante

A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Re-posicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.

5.5.2.2 Ações curriculares

As noções fundamentais, as habilidades e os valores básicos para o desenvolvimento integrado da Unidade Formativa II serão construídos em torno dos seguintes temas:

- **Ciências Humanas**

População: movimentos e deslocamentos populacionais. Paisagens, territórios. Diferenças e desigualdades na produção e apropriação do espaço urbano. Exclusão e inclusão social no espaço da cidade. O tempo e as diferentes temporalidades na cidade. As faces da violência urbana. Qualidade de vida urbana: saneamento, moradia, lazer e educação. Cidade, cidadão e cidadania.

- **Língua Portuguesa**

Habilidades de leitura de textos em verso e em prosa.

Produção de textos: resumo e carta. Sílabas. Rimas.

Palavras proparoxítonas, paroxítonas e oxítonas. Uso da vírgula. Mal x mau. Parágrafos. Sujeito. Parênteses e travessões. Adjetivos. Pronomes pessoais, possessivos, indefinidos, interrogativos.

- **Inglês**

Novas funções da linguagem, como pedir ajuda, perguntar o que alguém está fazendo, responder o que se está fazendo, expressar seu estado de espírito, saber a quem pertence algo, descrever tal(is) objeto(s), convidar alguém para realizar atividades

diversas, aceitar ou recusar um convite, falar de sua família etc. Vocabulário relacionado a essas funções, como cores, adjetivos, objetos, novos verbos e membros da família. Verbo to be no presente contínuo e outros verbos no presente simples para afirmar, negar e fazer perguntas com do/ does/ don't/ doesn't.

- Matemática

Noções de espaço e movimento. A comunicação matemática como forma de compreensão, pelo jovem, das dinâmicas do local em que vive e como estratégia para modificar sua forma de atuar nesse local. Resolução de problemas. Números e operações. Tabelas e gráficos.

Formas geométricas espaciais e planas. Geometria e Natureza.

- Ciências da Natureza

Distribuição e usos da água. Misturas e soluções. Ciclo da água na Natureza. Vasos comunicantes, pressão, princípio de Pascal. Filtração e decantação. Ecossistemas. Doenças veiculadas pela água contaminada. Tratamento de água.

Rede de distribuição de água e água servida. Clima.

- Participação Cidadã

Noções básicas sobre participação social e pública, Direitos Humanos e Direitos de Cidadania. Diagnóstico da realidade social ("Mapa de Desafios").

- Qualificação Profissional

O processo de urbanização e a questão do emprego; reestruturação produtiva e emprego; flexibilidade e mudanças; trabalho qualificado e precarização.

Terceirização. Profissões que se transformam. Atividades industriais e atividades de serviços. Hierarquia organizacional; Cargos e funções; fluxograma: a seqüência da produção. Clientes e fornecedores. Cadeias produtivas; organização, divisão e controle do trabalho. O crescimento do setor de serviços. Arcos de ocupações

- Informática

Pesquisa na Internet: sites de busca. Editores de texto.

- Integração Interdisciplinar e Interdimensional

Elaboração dos temas integradores da unidade. POP:

reflexões ligadas à Unidade II. PLA: Elaboração do "mapa de desafios" a partir de diagnóstico da realidade social em que os jovens estão inseridos. Identificação das necessidades e oportunidades de engajamento social no bairro, na comunidade ou na cidade. Manifestações artísticas.

5.5.3 Unidade Formativa III: Juventude e Trabalho

5.5.3.1 Eixo estruturante:

O Mundo do Trabalho na sociedade contemporânea: transformações pelas quais vem passando e práticas de inserção dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.

5.5.3.2 Ações curriculares

As noções fundamentais, as habilidades e os valores básicos para o desenvolvimento integrado da Unidade Formativa III serão construídos em torno dos seguintes temas:

- Ciências Humanas

Significados do trabalho para a juventude. Trabalhos e transformações do espaço geográfico. As mudanças nas relações de trabalho. Emprego, subemprego e desemprego. Economia solidária, empreendedorismo e cooperativismo. Lutas sociais e

direitos dos trabalhadores. Trabalho, lazer e tempo livre. Educação e trabalho. Desafios do mundo do trabalho.

- Língua Portuguesa

Habilidades de leitura de textos em prosa e em verso. Compreensão das idéias do texto. Tipos de texto: narração, dissertação, argumentação, diálogo, poema. Produção de textos. Dígrafos. Verbos: presente, passado e futuro. Uso de aspas. Ortografia. Mas e mais. Singular e plural. Sinal de dois pontos.

- Inglês

Novas funções da linguagem: falar do seu trabalho, da sua casa, parabenizar alguém, oferecer-se para fazer alguma coisa etc. Vocabulário relacionado: profissões, cômodos de uma casa, meses do ano, estações, meios de transporte etc. Frases afirmativas, negativas e interrogativas, ainda no presente contínuo com o verbo to be, e no presente simples com outros verbos.

- Matemática

Contribuições matemáticas para o desenvolvimento da capacidade de enfrentar e resolver problemas relacionados com o trabalho. Resolução de problemas. Tabelas e gráficos. Números decimais. Medidas de comprimento e de área. Frações. Proporcionalidade.

- Ciências da Natureza

Noções de ergonomia; fatores patogênicos no ambiente de trabalho; reações de oxirredução; substância química e elemento químico; linguagem simbólica para representação científica das substâncias; partículas elementares dos átomos; o conceito de trabalho: energia potencial e cinética; máquinas simples; conservação de energia mecânica.

- Participação Cidadã

O planejamento como ferramenta de trabalho. Noções básicas de planejamento participativo e de formatação de um plano de ação (PLA). Procedimentos e instrumentos para distribuição de tarefas e comprometimento dos jovens com o PLA.

- Qualificação Profissional

O processo de trabalho: histórico e conseqüências. Trabalho em linha e em grupo; trabalho artesão. O processo de trabalho na prestação de serviços. Trabalho de retaguarda e trabalho na linha de frente. A qualidade e o processo de produção. A qualidade na perspectiva do cliente. A necessidade de mudar a organização do trabalho. O planejamento da produção: por que planejar, controlar, programar. O PPCP na Fabricação de Produtos. Controle no Processo Industrial. Arcos de ocupações.

- Informática

Apresentações eletrônicas: abrir e executar; modificar; criar. Planilhas eletrônicas.

- Integração Interdisciplinar e Interdimensional

Elaboração dos temas integradores da unidade. POP: reflexões ligadas à Unidade III. PLA: elaboração do plano de ação comunitária. Organização de evento para apresentação pública da proposta do PLA. Manifestações artísticas.

5.5.4 Unidade Formativa IV: Juventude e Comunicação

5.5.4.1 Eixo estruturante

Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.

5.5.4.2 Ações curriculares

As noções fundamentais, as habilidades e os valores básicos para o desenvolvimento integrado da Unidade Formativa IV serão construídos em torno dos seguintes temas:

- Ciências Humanas

Informação, conexões e fluxos. Conhecimento e representação do mundo. Representações cartográficas (maquetes, plantas e mapas). Relações espaço-temporais.

Meios de comunicação de massa. Inclusão e exclusão digital.

- Língua Portuguesa

Habilidades de leitura de textos em prosa e em verso.

Classes de palavras: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numeral, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.

- Inglês

Novas funções da linguagem: falar da freqüência com que se faz algo, sobre o local onde algo se encontra, pedir um favor, expressar mal-estar físico, descrever alguém, pedir informação etc. Vocabulário que permite o uso dessas funções, como adjetivos, partes do corpo, preposições de lugar etc. Afirmar, negar e fazer perguntas com frases também no passado, apenas com o verbo to be.

- Matemática

A linguagem matemática como forma de desenvolver o pensamento matemático. A linguagem matemática como instrumento de comunicação. Resolução de problemas. Medida de volumes. Noções de lógica. A linguagem da Matemática. Generalizações matemáticas. Equações.

Expressão algébrica de áreas e volumes. Comunicação estatística.

- Ciências da Natureza

Biomassa como fonte alternativa de energia. Classificação de lixo. Reciclagem. Tratamento do lixo. Compostagem.

Aterro sanitário. Classificação dos seres vivos. Níveis tróficos e relações ecológicas. Equipamentos de comunicação.

Princípio de funcionamento de equipamentos. Conceito de onda, propagação ondulatória (velocidade e freqüência).

Ondas mecânicas e eletromagnéticas. O Uso social das aplicações da radiação (agricultura, medicina artes etc.).

Espectro luminoso e cor luz. Propriedade das ondas: reflexão, refração, absorção. Espelhos planos e esféricos.

Lentes. Instrumentos ópticos: microscópio, luneta e telescópio. Laser.

- Participação Cidadã

Relação entre comunicação e participação. O papel da comunicação na qualificação das ações participativas.

Referências para a seleção, produção e o uso de meios de comunicação em ações sociais.

- Qualificação Profissional

Emprego e empreendedorismo; possibilidades de trabalho: trabalhador autônomo, cooperativas e empreendimentos solidários; cooperativas ou cooperfrades. Comunicação e trabalho: tipos de comunicação presentes em atividades de trabalho. O poder dos grandes meios de comunicação no mundo de hoje. A comunicação no trabalho: procurando trabalho; comunicação verbal e comunicação não verbal no trabalho; comunicação oral no trabalho; comunicação escrita no trabalho. A comunicação nas atividades de trabalho: comunicações anteriores ao trabalho; comunicações que fazem parte das atividades; comunicações posteriores ao trabalho.

Arco de Ocupações

- Informática

Contas de correio eletrônico: criação. Receber e enviar e-mails. Receber e enviar mensagens com anexos. Listas de discussão. Salas de bate-papo.

- Integração Interdisciplinar e Interdimensional

Elaboração dos temas integradores da unidade. POP: reflexões ligadas à Unidade IV. Desenvolvimento de meios de comunicação para implementação do PLA e execução das ações previstas no PLA. Manifestações artísticas.

5.5.5 Unidade Formativa V: Juventude e Tecnologia

5.5.5.1 Eixo estruturante

Ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. Re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias.

5.5.5.2 Ações curriculares

As noções fundamentais, as habilidades e os valores básicos para o desenvolvimento integrado da Unidade Formativa V serão construídos em torno dos seguintes temas:

- Ciências Humanas

Produção e consumo. Técnica e tecnologia e Natureza.

Ciência, inovação e tecnologia. Circulação de mercadorias, pessoas e capitais. Globalização. Espaço/tempo e novas tecnologias. Tecnologias e meio ambiente.

- Língua Portuguesa

Habilidades de leitura de textos em prosa e em verso.

Compreensão e interpretação das idéias do texto. Inferência de informações implícitas no texto. Identificação de efeitos de sentido a partir de expressões do texto. Identificação do tipo de texto e da respectiva finalidade. Produção de textos. Coesão textual e emprego dos pronomes. Emprego dos tempos verbais.

- Inglês

Novas funções da linguagem: falar sobre algo que se fez ou se estava fazendo num tempo passado e sobre algo que ainda se vá fazer. Vocabulário relacionado com o contexto em que aparecem essas funções, como países, superlativos de adjetivos e verbos no passado. Afirmar, negar e fazer perguntas com frases no passado, com o uso de did/ didn't.

- Matemática

Participação da Matemática na evolução da tecnologia e na utilização da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. A Matemática como ciência em evolução. Resolução de problemas. Medidas de área e comprimento. Tabelas e gráficos. Coordenadas cartesianas. Números negativos. Medidas de volume.

- Ciências da Natureza

O papel social da divulgação científica. Noções de biotecnologia. Biologia celular: células eucariontes e procariontes. Destilação fracionada. Combustíveis fósseis: origem e usos. Poluição. Tipos e propriedades dos plásticos. Eletricidade, rede elétrica e motores elétricos.

- Participação Cidadã

Tecnologia social para a mobilização e a Participação Cidadã. A construção de instrumentos de registro, monitoramento e apoio ao PLA.

- Qualificação Profissional

Arcos de ocupações

- Informática

Programas de comunicação instantânea. Blogs. Construção de páginas na Internet. Construção e publicação de sites.

- Integração Interdisciplinar e Interdimensional

Elaboração dos temas integradores da unidade. POP: reflexões ligadas à Unidade V.

PLA: Início da implementação das ações previstas no PLA. Manifestações artísticas.

5.5.6 Unidade Formativa VI: Juventude e Cidadania

5.5.6.1 Eixo estruturante

Diferenças sócio-culturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas).

5.5.6.2 Ações curriculares

As noções fundamentais, as habilidades e os valores básicos para o desenvolvimento integrado da Unidade Formativa VI serão construídos em torno dos seguintes temas:

- Ciências Humanas

Cidadania e política. Ideologias e poder. Democracia e Estado. Unidade e diversidade: território e regionalização.

População e diferenças regionais. Juventude e participação política. Movimentos sociais e políticos.

- Língua Portuguesa

Habilidades de leitura de texto em prosa e em verso. Variação lingüística. Texto dissertativo. Sujeito, predicado, objeto direto e indireto. Linguagem figurada: metáfora. Os diversos gêneros de texto. Ortografia. Emprego da vírgula e do ponto final.

Emprego do sinal indicativo de crase. Produção de textos.

- Inglês

Revisão e consolidação das funções, do vocabulário e dos tempos verbais apresentados ao longo do curso.

- Matemática

A Matemática como instrumento de compreensão da realidade para o exercício da cidadania. Resolução de problemas com enfoques variados. Teorema de Pitágoras.

Sistemas de equações. Probabilidades. Noções de funções.

- Ciências da Natureza

Gênero, sexualidade e cidadania. Noções de saúde e auto-cuidado. Efeitos do uso de drogas e suas implicações para a saúde individual e coletiva. Acidez e basicidade. Conceito ácido-base de Arrhenius. Reações de neutralização. Chuva ácida: desequilíbrios ambientais pela introdução de SO₂ na atmosfera. Concentração de soluções. Velocidade e aceleração. Impulso. Quantidade de movimento e colisões.

Modelo explicativo do planeta. Modelo Sol-Terra Lua: translação e rotação terrestre. Medidas de tempo. Distribuição de energia no Planeta. Efeito Estufa e sua importância para a vida. Aquecimento global e conseqüências. Obtenção de energia de fontes alternativas. Efeitos das tecnologias limpas no ambiente.

- Participação Cidadã

Noções de avaliação participativa de ações cidadãs. Procedimentos e instrumentos para a sistematização do PLA e socialização de suas aprendizagens.

- Qualificação Profissional

Arco de ocupações

- Informática

O Hardware. Entrada, processamento, armazenamento e saída de dados. Placa-Mãe. Processador. Memória RAM e HD. Drive de disquete. Unidade de CD-ROM ou DVD-ROM. Pen-drives. Fonte de alimentação. Modem. Periféricos. Sistemas operacionais. Programas antivírus. Cópias de segurança.

- Integração Interdisciplinar e Interdimensional

Elaboração dos temas integradores da unidade. POP: reflexões ligadas à Unidade VI. Conclusão do PLA: avaliação e sistematização das experiências de ação comunitária realizadas; socialização das aprendizagens e mapeamento de possibilidades e propostas de continuidade da participação cidadã. Manifestações artísticas. Organização de evento público para apresentação do "balanço" do PLA.

CAPÍTULO 6

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO PROJovem URBANO

Na avaliação de currículos é comum encontrar-se um paradoxo: os aspectos do projeto pedagógico indicados como pontos avançados e inovadores são, ao mesmo tempo, apontados como as principais dificuldades na implementação do curso. A causa desse desencontro pode ser a idéia equivocada de que a implementação de qualquer proposta curricular pode ser feita com uma organização escolar tradicional. Na verdade, para que se realizem as mudanças desejadas com um novo currículo, a respectiva proposta pedagógica deve conter concepções e diretrizes que orientem a criação de oportunidades de trocas e de interações entre alunos e professores, bem como o planejamento do contexto em que tais interações se darão. Isso implica organizar os tempos e os espaços escolares de modo a atender ao que está previsto na proposta pedagógica.

Assim, na medida em que o currículo do ProJovem Urbano supõe construção interdisciplinar e interdimensional, é necessário que o trabalho pedagógico se organize de forma a viabilizar espaços e tempos para isso.

6.1 Organização dos Espaços Pedagógicos no ProJovem Urbano

No ProJovem Urbano, como foi dito, os núcleos vinculam-se aos pólos, ou diretamente às coordenações locais (quando for o caso) e são por eles administrados. No entanto, as atividades de ensino e aprendizagem realizam-se principalmente no núcleo, que é a unidade de organização do trabalho pedagógico no curso.

Isso significa que, embora os educadores das três dimensões curriculares sejam lotados no pólo ou na coordenação, a equipe de ensino organiza-se por núcleo. Os professores orientadores (PO) de cada uma das cinco turmas são os mesmos professores especialistas do núcleo, que se incumbem do ensino das diferentes áreas e disciplinas da Formação Básica. Os educadores de Participação Cidadã atuam em dois núcleos diferentes, mas, em cada um integram a equipe docente. Também os professores de Qualificação Profissional, embora trabalhem com turmas reestruturadas de acordo com os arcos ocupacionais escolhidos, têm sua referência pedagógica no núcleo.

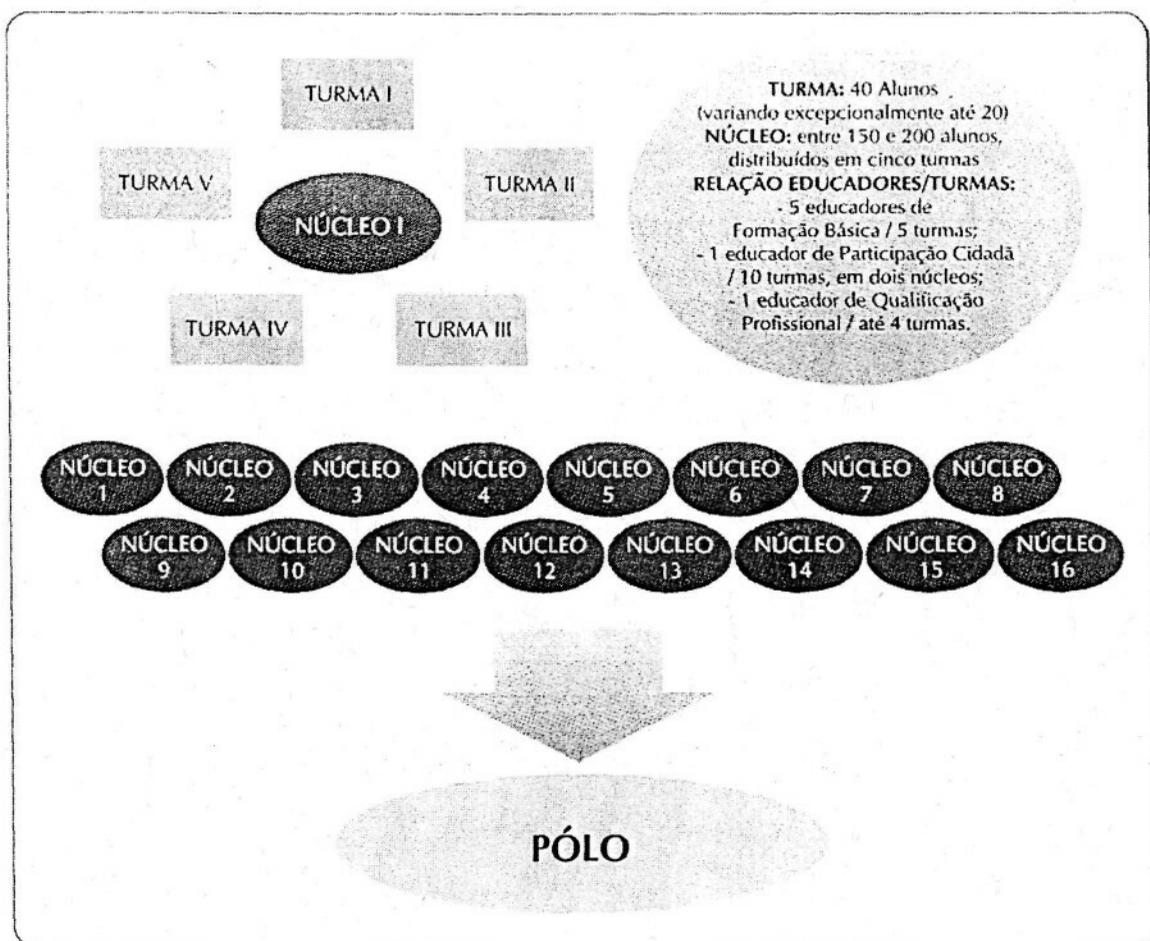
Para o funcionamento de um núcleo são necessárias cinco salas de aula, um laboratório de informática e uma sala para os educadores. As cinco turmas que

compõem um núcleo podem situar-se em um mesmo local ou, no máximo, em dois locais próximos.

É importante que todos os Educadores do ProJovem Urbano aproveitem intensamente a **cidade como espaço educativo**, incentivando estudos do meio urbano, pesquisas de campo, visitas e intervenções em locais diversos: a própria comunidade a que pertencem os jovens, além de empresas produtivas, órgãos públicos de prestação de serviços, centros culturais, associações e outros espaços de participação política e manifestação cultural.

Pedagogicamente, o pólo funciona como espaço de coordenação de ações de diferentes núcleos. Nele, em princípio, realizam-se reuniões de planejamento das atividades pedagógicas e algumas atividades de formação continuada. Outras reuniões e atividades poderão ser organizadas em lugares definidos pela coordenação local, não se restringindo ao espaço físico do pólo.

O esquema a seguir relembra as relações entre turmas, núcleos e pólos já descritas no capítulo 3 deste texto.



6.2 Organização dos Tempos Pedagógicos no ProJovem Urbano

6.2.1 Os tempos do aluno

A organização dos tempos do aluno, no ProJovem Urbano, está a cargo das equipes de Coordenação local. Essa organização é flexível, levando em conta a realidade de cada localidade, desde que se respeitem os pontos essenciais do projeto pedagógico.

Como foi dito, cada Unidade Formativa está prevista para ser desenvolvida em treze semanas de trabalho, totalizando 78 (setenta e oito) semanas com 1.560 horas presenciais e 440 horas de atividades a distância.

Cada semana deverá incluir, ao longo de todo o curso, 20 horas presenciais teórico-práticas assim distribuídas:

Quadro 7: Carga horária Semanal

Dimensão/ Componente Curricular	UF	UF	UF	UF	UF	UF
	I	II	III	IV	V	VI
Ensino Fundamental	10	10	10	10	10	10
Trabalho Interdisciplinar / Integração	3	3	3	3	3	3
Informática	1	1	1	1	1	1
Total Formação Básica	14	14	14	14	14	14
Formação Técnica Geral	4	3	3	2	-	-
Arcos Ocupacionais	1	2	2	3	5	5
Total Qualificação Profissional	5	5	5	5	5	5
Participação Cidadã	1	1	1	1	1	1
Total Geral	20	20	20	20	20	20

Observação:

As seis unidades formativas do ProJovem Urbano estão agrupadas em três ciclos. No entanto, é necessário notar que não se tratam de ciclos de desenvolvimento ou ciclos de aprendizagem, mas sim que fazem parte de uma estratégia de atendimento do público do Programa.

Além disso, cada semana inclui aproximadamente **seis horas** de atividades não-presenciais (subsidiadas pelos Guias de Estudo), distribuídas pelos componentes curriculares segundo os requerimentos das atividades presenciais, incluindo as sínteses interdisciplinares, o **POP e o PLA**. Assim, o tempo de dedicação dos jovens ao curso será de aproximadamente 26 horas semanais.

6.2.2 Os tempos dos educadores

Todos os educadores do ProJovem serão contratados em regime de 30 horas semanais que serão distribuídas entre: (a) atividades docentes e de orientação pedagógica; (b) integração curricular; (c) atividades de avaliação, revisão e recuperação de

aprendizagens; (d) planejamento de atividades de ensino e aprendizagem e de funcionamento do núcleo; (e) formação inicial e continuada.

6.2.2.1 Educadores de Formação Básica

É necessário pensar tanto no tempo em que os educadores de Formação Básica atuam como especialistas, quanto nas horas em que atuam como professores orientadores. Os horários podem ser organizados pelos educadores, no pólo ou na coordenação local, mas devem atender aos mínimos exigidos pelo currículo, para as diferentes disciplinas e atividades.

Além disso, é necessário pensar o horário de modo que se organize o rodízio dos educadores de Formação Básica pelas turmas, como especialistas e como orientadores, e se viabilize o uso do laboratório de Informática por todas as turmas. Cumpre lembrar que esse laboratório, além de ser o local das aulas de Informática, pode ser usado nas aulas de Inglês. Da mesma forma, os horários de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã devem viabilizar o rodízio dos respectivos educadores pelas turmas.

a) A função de professor especialista

Sendo habilitado em uma das áreas curriculares do ensino fundamental, (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Língua Inglesa), cada professor especialista deve trabalhar com os jovens no processo de construção de conceitos básicos e de relações fundamentais entre conceitos, em seu campo de conhecimento. Para isso, tem como apoio o Guia de Estudo e o Manual do Educador, dos quais faz parte uma seção que trata do conteúdo específico de sua de formação docente.

Como professor especialista, o educador de educação básica dá duas horas de aula semanais para cada turma, cabendo-lhe ainda acompanhar e avaliar o desempenho de todos os jovens do núcleo, nesse aspecto.

b) A função de professor orientador

A função de professor orientador reporta-se ao jovem como aluno, sem distinguir áreas de conteúdo. Assim, o educador de Formação Básica orienta **uma** das cinco turmas, participando de todas as atividades dos jovens e **promovendo o trabalho interdisciplinar e a integração de todas as ações curriculares.**

Nessas condições, pode estabelecer os vínculos necessários para uma efetiva orientação educacional de cada aluno individualmente e do grupo.

b.1) Orientação das sínteses interdisciplinares No ProJovem Urbano, um dos aspectos mais importantes diz respeito ao trabalho em equipe: ao serem estimulados a se organizarem em torno de ações coletivas para o desenvolvimento das atividades curriculares, os jovens são instigados à co-responsabilidade, à troca de conhecimentos e a experiências que proporcionam referências comuns e sentido de pertencimento, contribuindo para a construção da identidade pessoal, do respeito pelo outro, da co-responsabilidade e da solidariedade.

Assim, é crucial que os educadores trabalhem cooperativamente e levem seus alunos a fazê-lo também, planejando e executando coordenadamente as atividades de ensino e aprendizagem, de modo a favorecer, juntamente com a apropriação dos conteúdos básicos e a concretização da interdimensionalidade e da interdisciplinaridade, a formação das identidades dos jovens, o desenvolvimento de seus valores éticos e de cidadania.

Para promover as ações interdisciplinares, o educador trabalha transversalmente com o Guia de Estudo (durante três horas semanais), criando situações de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento de temas integradores. Como foi dito, cada unidade formativa tem cinco temas integradores, que são elaborados pelos alunos em cerca de duas semanas cada um.

b.2) Ensino de Informática

Considerando que a inclusão digital, hoje, é um aspecto fundamental da própria inclusão social, é importante que a informática seja ensinada como instrumento para todos os componentes curriculares, numa perspectiva integradora. Por isso, cada professor orientador dá uma aula de Informática por semana, para a turma que orienta. Esse tempo é importante para a construção da interdisciplinaridade e da interdimensionalidade: além de digitar suas sínteses integradoras, o POP e o PLA, os alunos podem, entre outras coisas, fazer pesquisa na Internet e trocar e-mails com colegas do mesmo núcleo ou de outros.

6.2.2.2 Educadores de Participação Cidadã

a) Planejamento e implementação da Participação Cidadã

O educador de Participação Cidadã, em suas horas semanais de trabalho no pólo ou na coordenação local, deve apoiar e acompanhar a elaboração e a implementação do Plano de Ação Comunitária (PLA). Para isso, é necessário realizar inicialmente um mapeamento de oportunidades de engajamento social na comunidade, identificando organizações da sociedade atuantes, movimentos sociais, comunitários, juvenis, programas da rede pública sócio-assistencial, de saúde, de educação e de cultura. Cabe-lhe, ainda, articular contatos, visitas e possibilidades de parceria de interesse dos jovens para viabilizar os PLA. Na medida do possível, deve buscar relacionar essas atividades com os Arcos de Ocupações selecionados pelo município, de modo a integrar Qualificação Profissional e Participação Cidadã. E, por fim, deve contribuir para a articulação entre os jovens de cada núcleo em atividades de intercâmbio e apresentações públicas dos PLA.

b) Participação nas atividades dos núcleos

O educador de Participação Cidadã deve atender a dois núcleos, orientando os alunos na elaboração e execução do PLA, durante uma hora semanal por turma. Seu tempo de trabalho em cada núcleo é de cinco horas, totalizando, portanto, 10 horas semanais.

6.2.2.3 Educadores de Qualificação Profissional

a) Planejamento e implementação da Qualificação Profissional no pólo

Em suas horas semanais de trabalho no pólo ou na coordenação local, o educador de Qualificação Profissional planeja e orienta a implementação dos Arcos Ocupacionais escolhidos pelo município. Assim, entra em contato com empresas e outros tipos de organização relacionados aos arcos e agenda visitas guiadas e estágios dos alunos, bem como a ida de profissionais aos núcleos para serem entrevistados pelos alunos. Pesquisa filmes, vídeos, livros etc. de interesse para auxiliar os jovens no contato com o "mundo do trabalho" e acompanha a respectiva dinâmica local, de forma a poder dar orientação segura aos jovens do respectivo núcleo. Nesse período também, analisa os Planos de Orientação Profissional (POP) dos jovens, de maneira a poder interagir

efetivamente com os educadores de Participação Cidadã e com integrantes da Equipe de Formação Básica, na co-orientação aos jovens.

b) Educador especialista em Qualificação Profissional

Como especialista em Qualificação Profissional, cabe ao educador especialista em Qualificação Profissional planejar e realizar as atividades relacionadas com: (a) o domínio de conceitos básicos sobre o trabalho; (b) o conhecimento do "mundo do trabalho"; (c) o conhecimento dos Arcos de Ocupações; (d) a qualificação propriamente.

6.2.2.4 Tempos comuns a todos os educadores do ProJovem Urbano

a) Formação inicial e continuada dos educadores do ProJovem Urbano

A formação inicial dos educadores do ProJovem Urbano ocorre antes do início do curso e tem duração de 160 horas, sendo 96 presenciais e 64 não-presenciais. A formação continuada dá prosseguimento a esse processo com 216 horas, organizada em 3 horas semanais de estudo destinadas basicamente a discutir e encaminhar questões de prática surgidas durante a implementação do Programa.

Todos os educadores do ProJovem Urbano desenvolvem conjuntamente, tanto a preparação prévia, quanto a formação durante o curso.

b) Planejamento das atividades do núcleo

O planejamento das atividades presenciais de cada Unidade Formativa deve ser feito na semana anterior ao início da mesma.

Nas reuniões semanais, esse planejamento será detalhado, articulando-se as aulas das áreas específicas (especialistas) com as atividades integradoras, incluindo as sínteses interdisciplinares, o POP e o PLA. É importante que todos os educadores do ProJovem Urbano (de Formação Geral, de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã) planejem coletivamente, de modo a viabilizar a participação de todos e criar sinergia no funcionamento do núcleo.

Também a programação do tempo deve ser feita coletivamente, do modo que for mais aconselhável para as especificidades do núcleo. Os horários das cinco turmas devem ser combinados, para que o núcleo funcione bem e todos possam usar os equipamentos com tranquilidade, principalmente os computadores.

c) Integração das dimensões curriculares

Para ajudar a promover a integração das ações curriculares, os educadores das três dimensões devem atuar conjuntamente.

Assim o educador de Formação Básica co-orienta o POP e o PLA, com o educador de Qualificação Profissional e o educador de Participação Cidadã, respectivamente. Ao mesmo tempo, ambos, o educador de Qualificação Profissional e o educador de Participação Cidadã, colaboram na elaboração das Sínteses Interdisciplinares. Para essa integração, todos os educadores dispõem de horas semanais de trabalho fora da sala de aula, que poderão utilizar parcialmente.

Além disso, todos os educadores do pólo participam da reunião de planejamento semanal das atividades do núcleo em que atuam, para a qual estão previstas duas horas. Nessa oportunidade, são também avaliados coletivamente aspectos do desenvolvimento geral dos alunos, com o suporte da ficha especial (Ficha 11).

c.1) Avaliação de trabalhos e acompanhamento de alunos

Os educadores do ProJovem Urbano dispõem de horas semanais destinadas à correção de trabalhos e provas, bem como ao atendimento a dificuldades específicas dos alunos da turma em que funcionam como professor orientador de Formação Básica, do PLA ou do POP. Para essa última atividade, os educadores deverão combinar com os alunos um horário semanal de plantões.

O quadro a seguir sintetiza a distribuição da carga horária semanal dos educadores do ProJovem

Tipo de Atividade Docente	Educador de Formação Básica	Educador de Participação Cidadã	Educador de Qualificação Profissional
Docência como Professor Especialista das Áreas de Formação Básica.	10h	-	-
Docência como Professor Orientador	4h	-	-
Docência em Qualificação Profissional	-	-	15h até 20h
Docência em Participação Cidadã	-	10h	-
Planejamento	2h	2h	2h
Formação Continuada	3h	3h	3h
Outras Atividades Docentes (plantões, laboratório de aprendizagem interativa, avaliação de trabalhos etc.)	11h	15h	5h até 10h

CAPÍTULO 7

ATUAÇÃO DOS EDUCADORES NO NÚCLEO E NA SALA DE AULA

A atuação dos educadores do ProJovem Urbano no núcleo e na sala de aula constitui questão da maior importância porque, como foi dito, é nesses espaços que as propostas pedagógicas se concretizam ou não, é neles que se constrói o currículo real. No caso do ProJovem Urbano, isso significa sobretudo lidar com o **múltiplo** e o **plural** presentes nas experiências e conhecimentos prévios dos alunos.

A idéia de **diferença** alimenta hoje uma temática importante na área da educação. Os alunos são diferentes e essa diferenciação não acontece apenas do ponto de vista intelectual: ela diz respeito também ao nível socioeconômico, à constituição e ao modo de vida das famílias, aos valores compartilhados, às crenças, às diferentes maneiras de educar, de interpretar e acatar as normas sociais. Quando chegam à escola - ou ao ProJovem Urbano -, os alunos trazem experiências pessoais e conhecimentos prévios que não podem ser ignorados, e sim devem constituir uma referência para o professor definir formas de trabalhar e de se relacionar com a turma.

No entanto, quando se fala em **diferenças**, no ProJovem Urbano, não se está pensando implicitamente que há um ideal e que diferentes são os que se afastam dele, mas sim que os alunos são **diferentes entre si**, isto é, um é diferente do outro. Assim, no contexto do Programa, a diferença remete-se à **pluralidade**, à **multiplicidade**. Os jovens são plurais em vários sentidos, inclusive em relação ao nível de escolaridade: alguns sabem apenas ler e escrever; outros terminaram a 4ª. série, mas saíram da escola há muito tempo; outros tantos quase terminaram o ensino fundamental, mas seu rendimento foi muito fraco (alguns nem mesmo conseguem ler e interpretar o que lêem...). E há também os que estavam indo bem no ensino regular (ou na educação de jovens e adultos), mas optaram por mudar para o ProJovem.

Tanto na unidade escolar – o núcleo – como na sala de aula, a implementação de um projeto como o ProJovem Urbano requer novas concepções a respeito da gestão e da organização de tempos e espaços pedagógicos.

Assim, este capítulo se organiza em dois tópicos que tratam dos temas:

- a gestão da sala de aula;
- a dupla função do educador no ProJovem Urbano (o especialista e o orientador de aprendizagem).

7.1 A Gestão da Sala de Aula

Na perspectiva do ProJovem Urbano, a importância da gestão não se limita à coordenação local, aos pólos e aos núcleos.

Também na sala de aula é preciso repensá-la. A gestão da sala de aula diz respeito à ação do professor para criar, na turma, um clima que favoreça o ensino e a aprendizagem. Esse clima traduz-se em sensibilização dos alunos; mobilização de seus conhecimentos prévios; estímulo à participação e à cooperação; respeito pelo outro; colocação de desafios à cognição e à criatividade. A gestão da sala de aula não deve, pois, ser confundida com a idéia tradicional de manter a disciplina, vista como subordinação às normas da escola — que se traduz como silêncio e imobilidade dos alunos. Não pode também significar liberalização sem limite que transforma a participação em tumulto.

7.1.1 A gestão da sala de aula e o currículo

O currículo formal, encontrado nas leis, nos parâmetros e diretrizes curriculares, constitui um modo de controle sobre o ensino. A administração escolar espera que os professores não se afastem do Programa e que sigam as recomendações oficiais sobre as metodologias de ensino.

Assim, o currículo real, que acontece no âmbito dos espaços educativos e, mais concretamente, no âmbito da sala de aula, está sujeito a uma série de situações de ordem política, sociológica, administrativa, financeira, pedagógica, bem como a uma série de negociações que terminam por desenhar um perfil de aluno nem sempre muito semelhante àquele traçado no currículo formal.

No ProJovem Urbano, o currículo formal está inscrito neste projeto pedagógico, nos Guias de Estudo e nos Manuais do Educador. A expectativa é que, seguindo um conjunto limitado (porém claramente estabelecido) de orientações formais, os educadores possam pôr em campo suas capacidades de trabalhar em equipe, com autonomia, e de criar situações de ensino e aprendizagem estimulantes e desafiadoras para os alunos.

O currículo formal constitui um elemento unificador, na medida em que é internalizado pelos professores. Os elementos que favorecem essa internalização variam de um sistema de ensino para outro, de programa para programa, de escola para escola. **No ProJovem Urbano, espera-se que eles residam na clara compreensão pelos educadores da proposta pedagógica do Programa e das especificidades dos estudantes atendidos.** Desse modo, poderão traçar sua ação de acordo com os princípios e diretrizes do ProJovem Urbano e, ao mesmo tempo, dar conta das necessidades e interesses dos alunos.

Um grande diferenciador na execução do currículo formal é o próprio educador, que apresenta uma história familiar, uma formação diferenciada, um conjunto de crenças e valores, um conjunto de habilidades intelectuais e psicomotoras que fazem dele um ser singular. Assim, cada professor interpreta e dá vida ao currículo formal de maneira pessoal, em cada turma que trabalha.

Essa diferenciação do trabalho do professor de turma para turma relaciona-se ao aluno. Os alunos também diferem entre si: têm histórias diferentes, famílias diferentes, culturas diferentes, personalidades diferentes e irão reagir às influências recebidas diferentemente. Assim, o professor interage diferentemente com alunos diferentes.

É provável que, no caso específico do ProJovem Urbano, uma diferença significativa entre os jovens esteja no nível de conhecimento/desempenho escolar dos alunos. Nessa situação, o educador deverá fazer uso do que alguns autores chamam de **discriminações positivas**, desenvolvendo ações que procuram atenuar as desigualdades, criando alternativas para ajudar os alunos com dificuldades e defasagens de aprendizagem.

Uma observação importante a respeito da questão das diferenças refere-se à noção mesma de diferenciação, que não é sinônimo de individualização do ensino. Não se pode falar em diferenciação sem gestão individualizada do processo de aprendizagem. Mas isso não significa que os alunos trabalham individualmente e sim que têm percursos e **acompanhamento individualizados**. Para tanto, é importante lançar mão do poderoso recurso da **avaliação formativa**.

Por sua vez, a expressão **currículo oculto** sugere a idéia de alguma coisa implícita ou invisível, que uma visão deliberadamente crítica da Educação se incumbe de explicitar ou fazer aparecer.

Esse conceito comporta duas diferentes concepções. A primeira delas diz respeito àquilo que não precisa ser dito por estar, de alguma forma, inscrito na lógica das situações escolares.

A própria organização da vida escolar com a estruturação dos tempos e espaços, os rituais escolares são coisas que os alunos vão assimilando como mensagens permanentemente dirigidas a eles, mas não exatamente explicitadas.

Por exemplo, na vida escolar, aprende-se a:

- “viver na multidão”, esta entendida como o espaço da sala de aula onde se concentra um grande número de alunos: intimidade forçada, observação permanente, que obriga o aluno a aprender a falar ou calar; a se misturar ou se isolar; a tolerar ou rebelar-se etc.;
- esperar, habituar-se às rotinas etc.;
- ser avaliado pelo professor e pelos colegas;
- viver numa sociedade hierarquizada e estratificada, enfrentando a desigual distribuição de poder e estatutos de poder;
- sozinho ou em conjunto, controlar o ritmo do trabalho escolar e andamento do programa, usando diferentes estratégias;
- funcionar em grupo restrito, partilhar e a usar, nesse grupo restrito, os valores e os códigos de comunicação;
- relacionar-se com o tempo, atendendo aos horários e pausas no tempo escolar;
- estabelecer relação entre o espaço privado e o público;
- estabelecer relação entre as regras e os saberes.

A segunda concepção de currículo oculto tem uma conotação negativa: seria o produto de ações permanentes de dissimulação ou de mistificação, de modo geral inconsciente, que pode causar alienação cultural ou reforçar esquemas de dominação social, bem como expressar preconceitos e discriminações.

No ProJovem Urbano, espera-se que os valores básicos da proposta – o respeito pelo aluno-sujeito, por suas experiências múltiplas e plurais, a busca pela integração entre vida e educação, sujeito, estudante, trabalhador, cidadão, a concepção de aprendizagem como atividade do aluno, ancorada em seus conhecimentos prévios mas dirigida a conteúdos sistematizados, competências e habilidades necessários à inserção social plena no mundo contemporâneo – estejam inscritos no currículo oculto, abrindo

caminhos ao jovem para compreender e combater discriminações e preconceitos e reposicionar-se em relação ao ambiente físico, social e político em que vive.

Para uma gestão efetiva da sala de aula, reconhecendo e valorizando as diferenças e dando acompanhamento individualizado aos alunos, é necessário que se leve em conta toda essa dinâmica do currículo, como pano de fundo das interações entre alunos e professores.

7.1.2 A gestão da sala de aula e a relação pedagógica de mão dupla

Tendo em vista que os princípios da proposta pedagógica do ProJovem Urbano incluem as idéias de **protagonismo do aluno e democracia participativa**, a gestão da sala e aula implica uma **relação pedagógica de mão dupla**: não é apenas o professor que ensina para o aluno aprender; há uma troca de saberes: ambos ensinam e ambos aprendem. Não se pode deixar de valorizar o que cada um tem a dar: todo mundo é bom em alguma coisa! Por isso é tão interessante que o currículo seja amplo e diversificado, abrangendo diferentes dimensões do ser humano, dando aos alunos várias oportunidades de mostrarem como e em que podem contribuir para o curso, os colegas, a comunidade etc.

Em qualquer situação, porém, a gestão da classe implica levar em conta a negociação entre alunos e educadores, que resulta no currículo real. Ambos os lados podem tentar controlar o andamento das aulas, mas é necessário que as questões sejam discutidas, abrindo-se a possibilidade de acordos entre as partes.

Entretanto, há que se levar em conta a questão do estabelecimento de limites. Há assuntos sobre os quais se pode discutir, estabelecer acordos, votar; há outros que podem ser discutidos para assegurar que todos os compreendem bem, mas que são inegociáveis: não se pode admitir violência, agressão física ou verbal aos colegas e professores; não se pode abrir mão da aprendizagem, das provas, do cumprimento de determinadas tarefas etc.

Não se consegue gerir bem uma sala de aula sem que fique preservada a autoridade do professor para gerir e garantir as regras de funcionamento do Programa e de convivência na sala de aula e no núcleo, o que é algo bem diferente de autoritarismo...

7.1.3 A gestão da sala de aula e a inclusão

Outro princípio fundamental da proposta pedagógica do ProJovem Urbano é a inclusão: se os alunos não aprendem, não se está assegurando a inclusão escolar ou social.

O público do ProJovem Urbano compõe-se de pessoas que estão afastadas dos bancos escolares há algum tempo, por diferentes razões: por necessidade de trabalhar, por terem sido submetidas a reprovações sucessivas, por não terem se adaptado às normas da escola, por não terem conseguido aprender... É, pois, um público especial, para o qual devem ser utilizadas e/ou criadas maneiras interessantes e eficientes de despertar o interesse e promover a aprendizagem.

É necessário, de modo particular, que o currículo do ProJovem Urbano chegue às culturas múltiplas e plurais dos jovens, e que sejam previstos tempos e espaços para que elas entrem na sala de aula, e sejam valorizadas em sua riqueza. Mais ainda, é preciso ancorar nesses conhecimentos prévios as ações curriculares que pretendem elevar a escolaridade dos jovens, qualificá-los para o trabalho e estimular sua participação cidadã.

Como foi dito, os jovens possuem muitas potencialidades e têm de ser os protagonistas de sua própria formação, sem que isso implique negligência em relação

ao domínio dos conhecimentos necessários para a vida no mundo de hoje. Valorizar as experiências culturais dos alunos não exige o professor de "ensinar": ele deve lançar mão de todos os procedimentos e recursos disponíveis para que o aluno aprenda.

Uma das maneiras de mobilizar o interesse dos alunos é através da contextualização. A contextualização é uma estratégia que consiste em aproximar o aluno do tema a ser estudado.

Normalmente, ela é usada como ponto de partida, ou seja, parte-se do que o aluno já conhece sobre o assunto em pauta, para chegar gradativamente a níveis mais elevados de abstração e, em seguida, volta-se à prática e à vida com um novo olhar mais claro e mais crítico.

Se o estudante não tem familiaridade com o assunto, cabe ao professor criar condições de "tornar concreto" o tema: seja levando o aluno até o local onde se processa o fenômeno a ser estudado, seja realizando experiências, seja mostrando vídeos ou filmes educativos sobre o assunto, seja tornando clara a importância do tema para os alunos.

No entanto, avançar em direção a níveis mais altos de abstração é muito importante: partir do pressuposto de que a população atendida pelo ProJovem Urbano deva permanecer nos níveis mais próximos e concretos que fazem parte do seu mundo, da sua experiência, oferecendo-lhes um ensino simplificado é uma forma de discriminá-los e, conseqüentemente, mantê-los excluídos. Mas não podemos esquecer que os níveis mais altos de abstração devem ser articulados com a vida e a prática dos alunos, para que sejam apropriados por eles.

7.2 A Dupla Função do Educador

No ProJovem Urbano, cada educador - quer na dimensão da Formação Básica e da Qualificação Profissional, quer na da Participação Cidadã -, atua em certos momentos, como um especialista de determinada área do conhecimento. E, como especialista, desempenha o papel já conhecido de ensinar.

Mesmo assim, algumas observações precisam ser levadas em consideração, uma vez que o ProJovem Urbano é um curso diferenciado, para um público diferenciado.

7.2.1 A função de especialista

O Guia de Estudo desempenha um papel especial no desenvolvimento do currículo integrado. Os conteúdos estudados no curso foram objeto de seleção baseada nos interesses e necessidades do público potencial, bem como nos eixos estruturantes das unidades formativas. Deve ficar muito claro para todos que, com essa seleção, não se pretende "comprimir" vários anos de escolaridade regular em 18 meses. A aposta do ProJovem Urbano é no **aprender a aprender**. Para isso, utilizam-se conteúdos restritos referidos a diferentes áreas do conhecimento, mas cientificamente corretos e socialmente válidos, e criam-se situações estimulantes para o aluno. É muito importante que o jovem se aproprie dos conteúdos dos Guias de Estudo, para que possa construir uma base sólida a partir da qual desenvolva sua autonomia para estudar.

No entanto, é bom reiterar que os conteúdos não valem por si, mas pelas habilidades, capacidades e saberes que permitem desenvolver. Isso requer um intenso trabalho com o Guia de Estudo, portanto se deve pedir aos alunos que leiam e releiam cada tópico com objetivos variados. É necessário propor situações desafiadoras que os levem a estabelecer relações com outros temas do mesmo campo de conhecimento - e de outros campos, quando isso contribuir para o enriquecimento da aprendizagem sem, no entanto, forçar aproximações esdrúxulas pela mera busca de inter-relações.

Ainda relacionada com os Guias de Estudo, há outra questão importante para os especialistas: a capacidade de leitura dos jovens. Pelo que se sabe, é razoável esperar que muitos alunos, pelo menos inicialmente, não tenham domínio de leitura suficiente para estudar os textos dos Guias de Estudo com autonomia. E esse é um grande desafio para o curso: tornar leitores competentes todos os estudantes do ProJovem Urbano. Para isso, devem colaborar todas as áreas do conhecimento: qualquer que seja o assunto estudado, o educador deve criar situações em que os alunos aprendam a dialogar com os textos.

7.2.2 A função de professor orientador

Como foi dito anteriormente, os educadores do ProJovem Urbano exercem dupla função no Programa: a de especialista e a de orientador de aprendizagem. Os educadores de Formação Básica são professores especialistas quando desenvolvem uma mesma área da Formação Básica com cada turma. **São professores orientadores, quando desenvolvem as atividades de integração com uma só turma, que fica sob sua responsabilidade.**

Assim, cabe-lhes dinamizar as atividades de sua turma no sentido de ensinar-lhes como aprender a articular conhecimentos para relacioná-los entre si e com sua própria vida.

Também os educadores de Qualificação Profissional e os educadores de Participação Cidadã têm essa dupla função, embora de modo um pouco diferente dos educadores de Formação Básica: em horários específicos, no núcleo e no Pólo, atuam como especialistas das respectivas áreas, mas em outros momentos docentes, bem como nos processos de planejamento do núcleo e na formação continuada, atuam também como parceiros dos professores orientadores. A diferença é que não ficam responsáveis por uma determinada turma, orientam todas as turmas do núcleo ou núcleos onde atuam, por via da interação com o orientador de cada uma.

7.2.2.1 Como orientar os alunos

Hoje se enfatiza a concepção de aprendizagem como fruto, sobretudo, da atividade do aluno. Isso obriga a repensar o papel do professor: de distribuidor do saber, ele passa a ser visto como criador de situações de aprendizagem e organizador do trabalho escolar. No ProJovem Urbano, isso deve ocorrer em todos os momentos do curso, mas especialmente no desenvolvimento das sínteses interdisciplinares e na realização do Projeto de Orientação Profissional (POP) e do Plano de Ação Comunitária (PLA).

Nessa perspectiva, é importante que o estudante desenvolva uma série de habilidades e de atitudes em relação ao estudo, e que se crie no núcleo um clima favorável à expressão e à interação dos alunos. Os principais instrumentos de trabalho do educador, no exercício da função de orientador, são a Agenda do Estudante, os Guias de Estudo e os materiais de ensino de Informática.

7.2.3 A articulação das três dimensões curriculares do ProJovem Urbano no núcleo e na sala de aula

Considerando o princípio fundamental do ProJovem Urbano (integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, aliando teoria e prática, formação e ação e explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã), é necessário que todos os educadores de cada núcleo, em todos os momentos, dirijam seus esforços no sentido de articular as três dimensões do

currículo. No entanto, a possibilidade de promover essa articulação é maior quando os educadores se encontram no exercício das funções de professor orientador ou de co-orientadores do Projeto de Orientação Profissional (POP) e do Plano de Ação Comunitária (PLA).

São instrumentos essenciais para isso as reuniões semanais de planejamento, a avaliação conjunta do desempenho dos alunos e as atividades de formação continuada dos educadores.

CAPÍTULO 8

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Na concepção do ProJovem Urbano, a avaliação do ensino e aprendizagem constitui um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a aprendizagem, de forma a obter subsídios para: (a) planejar as intervenções docentes; (b) criar formas de apoio aos alunos que apresentem dificuldades; (c) verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados; (d) obter subsídios para a revisão dos materiais e da metodologia do curso.

Nessa perspectiva, a avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem e poderia ter sido tratada de forma distribuída nos capítulos anteriores. No entanto, dada a complexidade e a extensão do assunto optou-se por tratá-lo em capítulo específico, o que não significa desconsiderar sua interação contínua com os outros elementos do processo de ensino e aprendizagem.

O primeiro parágrafo deste tópico explicita o que se espera da avaliação do ensino e aprendizagem no ProJovem Urbano. Nele estão termos e expressões conhecidos de todos, principalmente daqueles envolvidos direta ou indiretamente com a educação, qualquer que seja o nível ou a modalidade.

No entanto, é necessário operacionalizá-los no contexto deste Programa. Operacionalizar não é somente listar os instrumentos de medida que podem ser utilizados, mas pressupõe uma interpretação dos conceitos subjacentes à concepção de avaliação proposta.

Tal concepção implica que a avaliação:

- faz parte do processo ensino-aprendizagem;
- é intencional, sistemática, contínua e processual;
- organiza-se em eventos formais, porém considera e valoriza as informações advindas de situações informais;
- contribui para uma aprendizagem efetiva dos alunos;
- exerce funções diferenciadas;
- antecede, acompanha e finaliza o trabalho pedagógico.

Para isso, na organização da avaliação, é preciso:

- utilizar instrumentos de medida diversificados;
- considerar os aspectos quantitativos e qualitativos, com preponderância dos últimos;
- enfatizar o sucesso e não a reprovação ou o fracasso;
- enfatizar o processo, mas valorizar também o resultado final;
- envolver todos os sujeitos que participam do processo educativo.

Nesse sentido, é necessário que os educadores:

- entendam a avaliação final de um trabalho pedagógico como ponto de partida de um novo trabalho;
- considerem como objeto de avaliação todos os elementos e recursos que constituem o trabalho pedagógico;

- criem e desenvolvam formas de recuperação e reforço, durante o processo ensino-aprendizagem.

O desempenho dos alunos, quase sempre, é expresso nos registros de observações feitas pelos professores, nos trabalhos realizados, nas fichas de auto-avaliação, nas respostas dos alunos às atividades especialmente planejadas para isso, nos resultados das provas realizadas. A análise e interpretação desses dados, a avaliação, é permeada por uma questão bastante polêmica: a dicotomia aprovação/reprovação dos alunos. Entretanto, mais importante do que essa polêmica é o trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido, evitando-se tanto a reprovação quanto a "promoção automática".

A reprovação, entendida como indicador de que o aluno não domina o saber e as habilidades e competências previstas na proposta curricular, ou seja, não corresponde às expectativas do curso, pode ter várias conseqüências negativas, como a evasão, o abandono da oportunidade de escolarização, o reforço da baixa auto-estima. A "promoção automática", no entanto, é tão perversa quanto a reprovação, pois ambas contribuem para a exclusão social dos alunos.

Quando se inicia qualquer trabalho de avaliação de desempenho devem-se responder às já conhecidas perguntas:

- a) Avaliar para quê?
- b) Avaliar o quê?
- c) Avaliar quando?
- d) Avaliar como?
- e) Avaliar quem?
- f) Avaliar por quê?

E mais, as respostas a essas perguntas, referenciadas no projeto pedagógico do curso, fornecerão elementos para escolha das modalidades de avaliação e dos instrumentos a serem utilizados.

8.1 Modalidades de Avaliação e suas Funções

Como se disse, a avaliação antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico e cada um desses momentos requer modalidades específicas de avaliação: diagnóstica, formativa ou somativa. Essas modalidades possuem funções diferentes, mas complementares. Abordar as diferentes modalidades de avaliação, caracterizando ou definindo cada uma delas, não é "separá-las" ou compartimentá-las. Ao contrário, significa compreender o significado de cada uma para melhor perceber sua inter-relação. Se, em algum momento, a ênfase é colocada em uma delas, não se pode desvincular ou querer, forçadamente, relacionar determinados princípios da avaliação a determinada modalidade. A relação não é linear. Um plano de avaliação é o resultado do entrelaçamento modalidade-modalidade e modalidades-princípios.

Hoje, na literatura sobre o assunto, o destaque é dado à avaliação formativa e essa, muitas vezes, vem associada à avaliação diagnóstica. É comum não se falar em avaliação somativa, ou então, identificá-la apenas como a avaliação que aprova ou reprova, e, por isso, costuma ser criticada e descartada, sem uma análise de sua função e contribuições efetivas para o processo ensino-aprendizagem.

8.1.1 A Avaliação Diagnóstica

A **avaliação diagnóstica** é sempre lembrada como a que acontece antes, na fase inicial de um trabalho, com a função básica de obter informações sobre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e sobre o contexto em que a ação

pedagógica se desenvolve, possibilitando a definição ou redefinição dos objetivos do trabalho e do caminho a ser percorrido para alcançá-los.

Mas a avaliação diagnóstica não é importante apenas na fase inicial de um trabalho. Ela é necessária, também, ao longo de todo o desenvolvimento do curso, pois ajuda na compreensão dos resultados que vão sendo obtidos, sejam eles positivos ou negativos, fornecendo subsídios para as intervenções que se fizerem necessárias.

8.1.2 A Avaliação Formativa

O diagnóstico feito durante o processo de ensino e aprendizagem acha-se intimamente relacionado à **avaliação formativa**, que acontece ao longo de todo esse processo. Com características bastante singulares, a avaliação formativa, como o próprio nome diz, tem natureza formadora. Sua função não é classificar nem atribuir nota, mas identificar os avanços da aprendizagem ou os pontos que constituem barreiras para esses avanços. É contribuir para melhorar, orientar, regular a ação didática. Ela fornece informações que permitem as correções a serem realizadas para o alcance dos resultados idealizados no projeto de ensino e no projeto pedagógico da escola. A avaliação formativa é muito mais do que uma verificação de desempenho, é uma interrogação, uma reflexão constante sobre os resultados que evidencia, é uma tomada de consciência do progresso e das dificuldades dos alunos. Tal reflexão é possível na interação das duas modalidades, a formativa e a diagnóstica.

Essa interação favorece o reconhecimento dos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, das necessidades e dificuldades particulares de cada um e, ainda, a proposição de vários caminhos para a ação didática.

A avaliação formativa, para cumprir suas funções, num processo sistemático e contínuo, requer que o professor utilize procedimentos formais e informais para a obtenção das informações necessárias. Dentre esses procedimentos, destaca-se a auto-avaliação do aluno, que lhe possibilita a conscientização de seus avanços e dificuldades, transformando-o no ator principal da aprendizagem ao conferir-lhe autonomia e responsabilidade na condução de seu percurso, com a ajuda do professor. A **avaliação diagnóstica** e a **avaliação formativa**, tomadas de forma articulada, possibilitam a efetivação de duas importantes características da avaliação: continuidade e ênfase no processo.

8.1.3 Avaliação Somativa

Ações didáticas afirmativas, decorrentes de decisões que visem a ajudar os alunos a aprender mais e melhor, garantirão resultados positivos na avaliação final. Não se pode ter medo de falar em avaliação final, de falar em produto. A questão principal é ter clareza a respeito do que se define como "produto", em consonância com a concepção de educação que norteia o projeto pedagógico do curso. Como a aprendizagem é um processo que tem caráter cumulativo, ela admite produtos parciais e finais.

Chamada de somativa, a avaliação final nos dá uma dimensão do significado e da relevância do trabalho realizado. Normalmente associada à idéia de classificação, aprovação ou reprovação, a avaliação final, muitas vezes, é desvalorizada ou desconsiderada, sobretudo no discurso sobre o trabalho pedagógico, em nome do privilégio (muitas vezes apenas formal) à avaliação do processo.

Mas essa associação faz sentido apenas quando a avaliação tem o objetivo de classificar os sujeitos (um concurso, por exemplo).

Numa proposta que tenha a aprendizagem efetiva como objetivo, na sala de aula, ela se dilui. Um processo é uma trajetória percorrida na realização de um trabalho completo que, assim, exige a consideração do resultado final.

A integração das três modalidades de avaliação é requisito para efetividade do processo de ensino e aprendizagem, pois um projeto ou plano de ensino deve ser considerado em permanente construção, exigindo de todos que dele participam sensibilidade para a mudança. Essa predisposição exige uma nova maneira de conceber a avaliação, vendo-a como ponto de partida e ponto de chegada de todo e qualquer trabalho pedagógico.

8.2 A Avaliação no ProJovem Urbano

No ProJovem Urbano, a progressão continuada do aluno deve ser buscada num trabalho conjunto entre educadores e jovens, utilizando todos os momentos do curso (ensino – aprendizagem – avaliação - atividades de reforço) para promover o desenvolvimento das habilidades básicas previstas no Programa.

Para que todos os momentos possam ser avaliados, devem-se observar as funções das modalidades de avaliação já abordadas.

Avaliar nem sempre significa dar nota, mas pressupõe um registro que indique o desenvolvimento dos alunos de acordo com a proposta pedagógica do curso. Se muitas das atividades desenvolvidas são ao mesmo tempo de aprendizagem e de avaliação formativa e/ou diagnóstica, não se pode deixar de, em determinados momentos, atribuir um valor que expresse essa aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Um primeiro objeto de avaliação formal será o conjunto de atividades ou questões dos próprios textos dos Guias de Estudo.

Como as respostas não estão no material do aluno, o educador deve, ao longo da quinzena, fazer essa avaliação variando as formas de discussão da correção das respostas com os alunos, para que esse momento seja também de aprendizagem. Embora essas avaliações sejam feitas ao longo da quinzena, no fim desse período, deverá ser dada a pontuação correspondente ao aproveitamento do aluno, o que se faz em fichas do Caderno de Registro de Avaliação preparadas para essa finalidade.

Um segundo objeto de avaliação corresponde às atividades de integração curricular: sínteses interdisciplinares, Projeto de Orientação Profissional – POP e Plano de Ação Comunitária - PLA. As sínteses interdisciplinares são registradas na Parte II do Guia de Estudo, enquanto os registros do POP e do PLA se fazem em um Caderno especial. A avaliação formal desses componentes demanda instrumentos que possibilitem o registro de seus aspectos processual e cumulativo. Nesse sentido, assim como ocorre com os Guias de Estudo, a avaliação dos três componentes ocorre em fichas correspondentes do Caderno de Registro de Avaliação.

O terceiro objeto de avaliação é o desenvolvimento de habilidades básicas dos alunos, que também será registrado em uma ficha do Caderno de Registro de Avaliação adequada à observação dos aspectos considerados.

Além das fichas do Caderno de Registro de Avaliação, evidenciam-se as provas como outro instrumento de avaliação formal no ProJovem Urbano. Ao término da cada unidade formativa, há uma prova que versa sobre o conhecimento e as habilidades adquiridos e desenvolvidos no período. Essa prova tem caráter formativo e deve ser utilizada também como diagnóstico, identificando o sucesso e as dificuldades dos alunos, orientando novas ações didáticas que se fizerem necessárias.

O quadro a seguir resume os objetos e respectivos instrumentos de avaliação associando-os aos momentos previstos para sua aplicação. Essa previsão, no entanto,

não é rígida, podendo ser adequada à dinâmica de cada núcleo, desde que sejam preenchidos todos os instrumentos constantes do quadro.

O diagnóstico mencionado no quadro é informal, feito na primeira semana de aula pelos próprios educadores do núcleo, com base no desempenho anterior e na observação dos alunos.

Na Unidade Formativa I, o desempenho anterior é o resultado do teste de leitura efetuado por ocasião da matrícula.

Quadro 10 - Avaliação formativa de conhecimentos e habilidades relacionados aos textos de estudo e às atividades desenvolvidas no ProJovem Urbano

Semanas	Avaliação Formativa			
	Formação Básica	Qualificação Profissional	Participação Cidadã	Interdisciplinaridade
1	Diagnóstico baseado na avaliação formativa do desempenho anterior ou, na primeira unidade, referido à observação da turma pelo educador	Diagnóstico baseado na avaliação formativa do desempenho anterior ou, na primeira unidade, referido à observação da turma pelo educador	Diagnóstico baseado na avaliação formativa do desempenho anterior ou, na primeira unidade, referido à observação da turma pelo educador	Primeiro preenchimento preliminar individual da ficha 11 (preenchimento definitivo será incumbência do conjunto de educadores)
2	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Fichas 1 a 5	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo e Arcos ocupacionais – Ficha 6	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Ficha 8	Síntese interdisciplinar escrita 1 - Ficha 10 POP – Ficha 7 PLA - Ficha 9
4	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Fichas 1 a 5	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo e arcos ocupacionais – Ficha 6	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Ficha 8	Síntese interdisciplinar escrita 2 - Ficha 10 POP – Ficha 7 PLA - Ficha 9
6	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Fichas 1 a 5	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo e Arcos ocupacionais – Ficha 6	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Ficha 8	Síntese interdisciplinar escrita 3 - Ficha 10 POP – Ficha 7 PLA - Ficha 9
8	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Fichas 1 a 5	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo e Arcos ocupacionais – Ficha 6	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Ficha 8	Síntese interdisciplinar escrita 4 - Ficha 10 POP – Ficha 7 PLA - Ficha 9
10	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Fichas 1 a 5	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo e Arcos Ocupacionais – Ficha 6	Desempenho quinzenal no trabalho com o Guia de Estudo – Ficha 8	Síntese interdisciplinar escrita 5 - Ficha 10 POP – Ficha 7 PLA - Ficha 9
11	Prova da unidade - correção pelos cinco educadores de Formação Básica em conjunto com os alunos	Prova da unidade - correção pelo educador de Qualificação Profissional em conjunto com os alunos	Prova da unidade - correção pelo educador de Participação Cidadã em conjunto com os alunos	Reescrita e digitação das sínteses interdisciplinares
12	Revisão coletiva da prova - Guia	Revisão coletiva da prova - Guia	Revisão coletiva da prova - Guia	Reescrita e digitação das sínteses interdisciplinares. Revisão POP e PLA – Novo preenchimento preliminar individual da ficha 11 (preenchimento definitivo será incumbência do conjunto de educadores)
13				

O Caderno de Registro de Avaliação é composto pelas 11 fichas listadas a seguir:

- Ficha 1: Ciências Humanas
- Ficha 2: Língua Portuguesa

- Ficha 3: Inglês
- Ficha 4: Matemática
- Ficha 5: Ciências da Natureza
- Ficha 6: Qualificação Profissional
- Ficha 7: Projeto de Orientação Profissional - POP
- Ficha 8: Participação Cidadã
- Ficha 9: Plano de Ação Comunitária - PLA
- Ficha 10: Sínteses Interdisciplinares
- Ficha 11: Habilidades Básicas O preenchimento dessas 11 fichas cabe aos diferentes educadores, conforme observações a seguir:

- As fichas de 1 a 5 são incumbência dos educadores de Formação Básica, e cada um se responsabiliza pela correspondente ao componente curricular que ensina.
- As fichas 6 e 7 cabem ao educador de Qualificação Profissional.
- As fichas 8 e 9 são atribuição do educador de Participação Cidadã.
- O preenchimento das fichas 1 a 9 deve ser feito pelo especialista do componente curricular que desenvolve, com a participação dos alunos.
- O preenchimento da ficha 10 compete ao professor orientador (PO) da turma e consiste no registro da avaliação de texto escrito pelo aluno, que deve mostrar o resultado do trabalho de cada síntese interdisciplinar. Assim, a cada quinzena, ao mesmo tempo em que o jovem avança na aquisição de novos conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades, ele os incorpora aos seus conhecimentos e habilidades prévios.
- A ficha 11 deve ser preenchida pelo professor orientador (PO) e será revista e discutida pelo conjunto dos educadores do núcleo. Esse trabalho deve ser feito na primeira semana da Unidade I e repetido na 12ª ou 13ª semanas. Nas demais unidades, basta o preenchimento no período final. Os jovens devem participar desse trabalho para que possam acompanhar suas próprias mudanças ao longo do curso. A avaliação externa do ProJovem Urbano, que se faz desde o seu início até o exame final de certificação, não dispensa os educadores e os demais responsáveis pelo desenvolvimento do curso de estarem sempre atentos à avaliação formativa sistemática, contínua, processual e cumulativa do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, fica evidente que diversos são os procedimentos e instrumentos de avaliação que possibilitam a obtenção de informações sobre os sujeitos que participam do processo ensino-aprendizagem. Essa diversidade garante que a avaliação de desempenho escolar seja considerada na sua relação de interdependência com os demais elementos do processo ensino-aprendizagem.

8.3 A Avaliação Externa de Desempenho no ProJovem Urbano

O sistema de avaliação do ProJovem Urbano combina a avaliação formativa processual e a avaliação externa. Esta se justifica em função do caráter nacional do Programa e do imperativo de prestar conta dos recursos públicos nele investidos.

A avaliação externa se faz com base na aplicação de exames de capacidades básicas relacionadas aos conteúdos do ensino fundamental. Apesar de serem externos, esses exames se diferenciam em suas funções: o exame diagnóstico, aplicado no início do processo tem a função diagnóstica, os exames interciclos, realizados ao longo do processo, combinam as funções somativa e diagnóstica, e o exame final aplicado no fim do curso tem a função somativa, visando à certificação, ou seja, é condição para o aluno habilitar-se à certificação no ensino fundamental. Em todos os casos, são utilizados instrumentos padronizados que permitem:

- mensurar com precisão o progresso realizado por cada aluno na aquisição das capacidades avaliadas (a diferença entre as situações de entrada e de saída dos ciclos 1 e 2 e da saída do programa);
- comparar o desempenho dos alunos do ProJovem Urbano com o dos alunos do sistema regular de ensino, já que os itens utilizados nos testes diagnóstico e final são calibrados pelas mesmas escalas utilizadas pelo SAEB para avaliar os estudantes da 4ª e da 8ª séries no país.

O quadro a seguir sintetiza os eventos de avaliação externa do desempenho no ProJovem Urbano.

A combinação de todas essas modalidades de avaliação em programas educacionais é inédita no Brasil. Seus resultados certamente trarão elementos importantes tanto para o aperfeiçoamento do ProJovem Urbano como para a pesquisa educacional e o desenho de políticas públicas.

8.4 Sistema de Pontos para a Avaliação da Aprendizagem

8.4.1 Distribuição da pontuação

Eventos de avaliação externa	Primeiro Ciclo	Segundo Ciclo	Terceiro Ciclo
Avaliação Diagnóstica	Início		
Primeira prova de ciclo	Término		
Segunda prova de ciclo			
Exame final - 1ª chamada			Término
Exame final - 2ª chamada			Término

Para sintetizar os resultados das avaliações realizadas ao longo do processo (as notas nas provas das unidades formativas, dos exames interciclos e os registros das fichas) além do resultado do exame final elaborou-se um sistema de pontuação apresentado no quadro a seguir.

UNIDADES FORMATIVAS	AVALIAÇÃO FORMATIVA				Subtotal	AVALIAÇÃO FINAL	TOTAL GERAL
	Provas	Fichas	Prova 1º Ciclo	Prova 2º Ciclo		Exame final	
UF I	42	110					
UF II	42	110					
Total 1º Ciclo	84	220	100		404		
UF III	42	110					
UF IV	42	110				1100	2200
Total 2º Ciclo	84	220		100	404		
UF V	36	110					
UF VI	36	110					
Total 3º Ciclo	72	220			292		
Total Geral	240	660	100	100	1100	1100	2200

8.4.2 Certificação

Para receberem o certificado de conclusão do Ensino Fundamental, os jovens deverão obter pelo menos 1100 pontos (50%) na soma dos resultados da avaliação formativa com os pontos obtidos no exame final nacional externo, bem como o mínimo de 75% de frequência às aulas.

A certificação na Qualificação Profissional exige que os alunos acumulem 50% do total de pontos distribuídos na Qualificação Profissional, ou seja, 102 pontos.

Os casos omissos serão orientados posteriormente pela Coordenação Nacional.

O resultado final do processo de avaliação será expresso em menções, conforme o quadro a seguir:

Menções para a Certificação do Ensino Fundamental

Muito Bom	Obtenção de 1650 até 2200 pontos no conjunto das avaliações do Programa.
Bom	Obtenção de 1100 até 1649 pontos no conjunto das avaliações do Programa.
Insuficiente	Abaixo de 1100 pontos no conjunto das avaliações do Programa.

Menções para a Certificação da Qualificação Profissional

Muito Bom	Obtenção de 153 até 204 pontos no conjunto das avaliações de QP do Programa.
Bom	Obtenção de 102 até 152 pontos no conjunto das avaliações de QP do Programa.
Insuficiente	Abaixo de 102 pontos no conjunto das avaliações de QP do Programa.

CAPÍTULO 9

PROJovem URBANO NAS UNIDADES PRISIONAIS E UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Considerando seu caráter de programa de inclusão baseado nas noções de **oportunidades** para todos e **direitos** universalmente assegurados, o ProJovem Urbano, quando for oferecido nas unidades prisionais e nas unidades socioeducativas de privação de liberdade, manterá o mesmo projeto pedagógico com as adaptações apresentadas pelo grupo de trabalho formado por representantes da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. As propostas do grupo de trabalho são descritas a seguir.

9.1 Carga Horária

A carga horária do curso será organizada da seguinte maneira:

Dimensões	Carga Horária	
	Semanal	Total
Ensino Fundamental	12	936
Qualificação Profissional	03	234
Participação Cidadã	01	78
Total	16	1248

Detalhamento da carga horária semanal nas seis unidades formativas

Dimensão/Componente Curricular	UF I	UF II	UF III	UF IV	UF V	UF VI
Ensino Fundamental	10	10	10	10	10	10
Trabalho Integração/Informática	2	2	2	2	2	2
Total Ensino Fundamental	12	12	12	12	12	12
Formação Técnica Geral	1	1	1	1	1	1
Arcos Ocupacionais	2	2	2	2	2	2
Total Qualificação Profissional	3	3	3	3	3	3
Total Participação Cidadã	1	1	1	1	1	1
Total	16	16	16	16	16	16

Para viabilizar o cumprimento da carga horária será necessário prever formas de adequação quando ocorrer situação de jovens transferidos para o Projovem Urbano no Município, Estado ou no DF.

9.2 Calendário Escolar

A unidade prisional ou unidade socioeducativa de privação de liberdade deverá ter flexibilidade para elaborar seu próprio calendário, desde que respeitadas as cargas horárias por unidade formativa para cada componente de Educação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Nesse sentido, o manual específico deve apresentar diretrizes gerais da distribuição da carga horária.

9.3 Histórico Escolar e Certificados

Os alunos do ProJovem Urbano das unidades prisionais e socioeducativas de privação de liberdade deverão ter modelos próprios de Histórico Escolar e Certificado de Conclusão, de forma a adequá-los às modificações feitas no currículo.

9.4 Educadores

A formação inicial e continuada dos educadores terá um módulo específico.

9.5 Qualificação Profissional

Caberá ao Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República a indicação dos arcos ocupacionais que poderão ser viabilizados no Programa, face às peculiaridades do público a que se destina.

Haverá possibilidade de escolha de 02 a 05 arcos ocupacionais pelo estado e, dentre eles, a unidade prisional e a unidade socioeducativa de privação de liberdade poderá ofertar quantos julgar adequado. Será formatado um novo POP, adequando-se às características do público atendido, se houver necessidade.

9.6 Participação Cidadã

Caso seja necessário, será proposto um novo PLA com as especificidades que se fizerem necessárias.

9.7 Material Didático

- A Agenda de Estudante será reorganizada.
- Será elaborado Plano de Ação Comunitária específico.
- Será elaborado um volume complementar do Manual do Educador com as especificidades/adequações necessárias para unidades prisionais e unidades socioeducativas de privação de liberdade.

CAPÍTULO 10

A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DO PROJÓVEM URBANO

Uma proposta pedagógica como a do ProJovem Urbano realmente exige grandes mudanças, tanto na gestão do sistema, quanto no núcleo e na sala de aula. É provável que os educadores que iniciam sua participação no curso não estejam preparados para tantas mudanças, sendo necessário que sejam formados especialmente para isso, pois

a formação tradicional costuma considerar o professor responsável pelo ensino que é caracterizado como mera transmissão de conteúdos. O ProJovem Urbano propõe uma reviravolta nesse esquema: o ensino não é entendido como transmissão e acúmulo de informações – nem só o professor ensina e o aluno aprende, nem há ensino sem aprendizagem. Por sua vez, a aprendizagem é vista como construção ativa do aluno, na interação com seus professores e colegas.

Isso pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes e competências dos jovens, articulando, mobilizando e colocando em ação seus conhecimentos, habilidades e valores de solidariedade e cooperação e valores éticos e estéticos, para responder aos constantes desafios do dia-a-dia de sua vida cidadã e do mundo do trabalho. Ou seja, o ProJovem Urbano enfatiza o desenvolvimento do jovem como sujeito e, portanto, de sua capacidade de pensar e agir com autonomia. Obviamente, o educador deve incorporar esses novos interlocutores ao seu processo identitário, investindo também no desenvolvimento de suas próprias subjetividade e autonomia.

10.1 Formação Inicial / Continuada e Processo Identitário do Educador do ProJovem Urbano

Pelos pré-requisitos da contratação, os educadores do ProJovem Urbano já fizeram formação inicial para a área ou disciplina do currículo em que atuam. Muitos já têm, até mesmo, formação continuada em escolas de diferentes redes.

Mas, na formação demandada pelo projeto pedagógico do ProJovem Urbano, as dimensões inicial e continuada assumem características peculiares e deverão apoiar-se em princípios e pressupostos comuns, considerando o aluno/professor como sujeito, valorizando suas experiências pessoais e seus saberes da prática.

Embora não se pretenda que o educador do ProJovem Urbano faça uma formação inicial acadêmica, no sentido estrito do termo, considera-se necessário que ele tenha condições efetivas de apropriar-se dos fundamentos, princípios, conceitos e estratégias metodológicas do desenho curricular, bem como dos conteúdos dos diversos componentes curriculares, ou seja, ele deve **"diplamar-se" em ProJovem Urbano**. Daí a formação inicial.

Por sua vez, a formação continuada deve permitir que o educador se aproprie, **como sujeito**, dos conhecimentos que ele mesmo gera, de modo a poder rever sua prática no curso, atribuir-lhe novos significados do contexto da proposta pedagógica do ProJovem Urbano e obter maior espaço para a compreensão das mudanças implicadas nessa proposta. Assim, nas atividades destinadas à formação continuada, deverão predominar momentos de discussão e de encaminhamento em relação aos problemas e às questões do cotidiano da sala de aula, especialmente quanto à aprendizagem dos alunos.

Por meio das duas modalidades de formação – inicial e continuada –, busca-se a construção de um processo identitário em que cada educador se veja simultânea e inseparavelmente como: **(a)** um **perito** que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento e de sua atividade docente e sabe fazer uso dele; **(b)** um **pensador** capaz de repensar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação; **(c)** um **cidadão** que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade.

10.2 Saberes Necessários para Atuar no ProJovem Urbano

O ProJovem Urbano é um Programa que busca ser inclusivo.

Então não basta desenvolver os conteúdos com os alunos nem mesmo trabalhar sobre a construção teórica da aprendizagem.

É preciso considerar as diferentes dimensões do jovem como ser humano. Por isso, o educador precisa ir além da condição de especialista em uma disciplina ou campo de conhecimento.

Ele deve ser educador no sentido mais amplo da palavra, capaz de fazer a mediação entre o projeto de educação da sociedade e os projetos individuais dos alunos.

Além disso, ele tem de fazer a mediação entre os alunos e o conhecimento. Tanto a mediação característica do olhar de cada disciplina, quanto aquela de construir a interdisciplinaridade estabelecendo inter-relação de conhecimentos teóricos, práticos, sociais, emocionais, éticos, estéticos etc.

Portanto, no ProJovem Urbano, todo professor é especialista em sua área de conhecimento, mas é também orientador da aprendizagem vista como elemento de construção da autonomia intelectual do sujeito e de uma visão mais ampla do processo educacional.

Isso não significa, por exemplo, que o professor de Matemática tenha de dar aulas de Ciências Humanas ou que o educador de Participação Cidadã tenha de ensinar Ciências da Natureza.

O professor especialista conduz o processo específico de aprendizagem de sua disciplina ou campo de conhecimento e deve garantir que os conceitos e suas relações sejam construídos pelos alunos de forma correta e segundo o olhar científico de cada área. Nessa função, cabe-lhe desenvolver aulas bem preparadas, com ampla participação dos alunos, promovendo situações desafiadoras e relacionando os conteúdos com os conhecimentos prévios do aluno. Seu principal instrumento de trabalho é o Guia de Estudo, cujo conteúdo deve ser apropriado ativamente pelos jovens.

Na função de professor orientador, o educador de Formação Básica orienta mais de perto cada aluno da turma que lhe cabe e se torna sua referência na articulação do conjunto de conhecimentos do curso. Seu principal instrumento de trabalho é também o Guia de Estudo, porém explorado em função dos temas integradores, o que implica buscar, analisar avaliar e organizar informações dos diferentes componentes curriculares, **mas nunca dar aulas sobre eles**. Da mesma forma, os educadores de Participação Cidadã e Qualificação Profissional desempenham a função de orientador – neste caso, para os alunos de todas as turmas – quando acompanham o desenvolvimento do PLA e do POP, respectivamente.

Outro instrumento de trabalho importante para o desempenho da função de orientador pelos educadores é a Agenda do Estudante, que contém informações básicas sobre a organização do ambiente e dos tempos de estudo bem como dos métodos e técnicas mais eficientes para a apropriação do conhecimento pelos alunos.

Finalmente, também para os educadores do núcleo, as provas feitas pelos alunos na avaliação formativa são de grande importância no desempenho, tanto da função de professor orientador, quanto da função de professor especialista. Sua correção e confronto com o Guia de Estudo, feitos em grupo, podem ser excelentes instrumentos de aprendizagem. Deve ficar claro, porém, que, na função de orientador, os educadores não precisam dominar todos os componentes curriculares como especialistas ou professores de disciplinas ou áreas específicas. Devem sabê-los como cidadãos educadores na chamada sociedade do conhecimento. Em síntese: cada educador precisa conhecer todos os conteúdos dos Guias de Estudo no que é desejável e esperado para qualquer cidadão, pois esses Guias estão elaborados em nível de Ensino Fundamental. Os educadores também são cidadãos e supõe-se que tiveram direito à educação básica. Assim, independente de sua área de formação, devem ser capazes de compreender a realidade social, a comunidade, o mundo do trabalho e a

ciência e tecnologia do mundo atual - que a LDB define como objetivos gerais do Ensino Fundamental.

Em consequência disso, um objetivo importante da formação dos educadores no ProJovem Urbano é garantir que todos leiam inteiramente e com atenção os Guias de Estudo e procurem apropriar-se dos conceitos-chave do currículo:

multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, integração dos conhecimentos entre si, da pessoa com o conhecimento e da pessoa com o seu grupo e, naturalmente, inclusão social.

Em resumo, os educadores do ProJovem Urbano deverão ter competência para:

- Promover a equidade e ter sempre presente as especificidades do público do ProJovem Urbano: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho.
- Programar, coordenar e realizar, junto com a equipe do núcleo, as atividades das respectivas disciplinas e as atividades integradoras das dimensões e disciplinas do curso, adequando as sugestões do Guia de Estudo às necessidades dos alunos.
- Monitorar, orientar e avaliar o percurso pessoal de estudo e aprendizagem de cada aluno sob sua responsabilidade, considerando todas as dimensões da pessoa, do estudante, do trabalhador, do cidadão.
- Identificar as diferentes ferramentas de estudo de que os alunos necessitam e orientá-los quanto ao seu uso.
- Criar contextos desafiadores para a aprendizagem, estimular a atitude crítica e planejar situações que favoreçam a síntese dos estudos desenvolvidos nos vários componentes curriculares.
- Conceber e utilizar a avaliação como etapa do processo de ensino e aprendizagem, que compreende um momento de diagnóstico inicial, um percurso de acompanhamento formativo e um momento de balanço, concluindo uma etapa e, simultaneamente, dando início à seguinte.
- Favorecer o trabalho cooperativo e a troca de experiências entre os alunos.
- Acompanhar, junto com os outros educadores, o desenvolvimento do POP, do PLA e das sínteses integradoras, fazendo apreciações sobre os progressos feitos e a capacidade dos jovens de incorporar nesses trabalhos os estudos realizados no ProJovem Urbano.
- Relacionar-se adequadamente com a instituição, o diretor e outras pessoas do local onde funciona o núcleo.
- Utilizar novas tecnologias para seu próprio aperfeiçoamento e para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no ProJovem Urbano.
- Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, buscando promover a inclusão efetiva dos jovens sob sua responsabilidade profissional.
- Administrar a própria formação contínua e aprimorar sua prática profissional.

BIBLIOGRAFIA

- ABATTE, J. *Inventing the Internet*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- ANDRÉ, M. (Org.). *Pedagogia das Diferenças na Sala de Aula*. Campinas, SP: Papyrus, 1999.
- AZZI, S. *Avaliação de desempenho: Novos paradigmas*. In PROCAD – Fase Escola Sagarana, *Avaliação de Desempenho e Progressão Continuada*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001.
- _____. *Avaliação Escolar: Desafio da Educação*. In: SALGADO M. U. C. e MIRANDA, G. V. de. *Veredas – Formação superior de professores: módulo 6 – volume 3* Belo Horizonte: SEE-MG, 2004.
- BLOOM, B.S., HASTINGS, J.T.; MADAUS, G.F. *Handbook on Formative and Summative Evaluation of Student Learning*. New York: McGraw-Hill, 1971.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal de 1988*.
- _____. *Coletânea Educação para Todos. Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004)*. Brasília: UNESCO/MEC, 2004.
- _____. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*.
- _____. Congresso Nacional. *Plano Nacional de Educação. Lei nº10.172 de 09 de janeiro de 2001*.
- _____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11 aprovado em 10 de maio de 2000*.
- _____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 01 de 5 julho de 2000*.
- _____. *ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Lei 8069 de 13 de julho de 1990*.
- CASTTELS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COHEN, E.G. *Designing Groupwork: strategies for the heterogeneous classroom*. New York: Teachers College, Columbia University, 1994a.
- COHEN, E.G. *Restructuring the Classroom: Conditions for Productive Small Groups*. *Review of Educational Research*. Spring. vol. 64, no. 1. pp-1-35. 1994b.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Participação social cidadã*. Brasília, dezembro de 2004.
- DEWEY, J. *Democracy and Education*. New York: The Free Press, 1944.
- GRUPO INTERMINISTERIAL DA JUVENTUDE. *Relatório Final*, Brasília Agosto de 2004.
- GUBA, E.G. & LINCOLN, Y. S. *Fourth Generation Evaluation*. Newbury Park (USA) SAGE Publications, 1989.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude. Documento de Conclusão*. São Paulo, julho de 2004.
- LEVIN, H., HOPFENBERG, W. and Associates. *The Accelerated Schools. Resource Guide*. San Francisco: Jossey-Bass Inc. 1993.
- MANCINI, E. A. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos : complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MIRANDA, G.V. E SALGADO, M.U.C. *Veredas – Formação Superior de Professores. Projeto Pedagógico*. Belo Horizonte, 2002.
- MIZUKAMI, M.G.N. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: E.P.U., 1986.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- PERRENOUD, Ph. *Pedagogia Diferenciada; das intenções à ação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ROMÃO, J. E. Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998.

SALGADO, M. U. C. Série: Desafios da escola: conversando com os professores. Salto para o Futuro. O professor e sua formação. Boletim de 11/8 a 15/8 de 2003 <http://www.tvebrasil.com.br/salto/>

SALGADO, M. U. C. A Formação de Professores, um grande desafio. In. Conferências Fórum Brasil de Educação. Brasília: CNE, UNESCO Brasil, 2004.

_____. A gestão das redes sociais e a Educação a Distância (EaD). IN Encuentro Internacional de Educación Superior - Virtual Educa -UNAM, México, 2005

_____. Série: Diretrizes curriculares e formação de professores - proposta pedagógica. Salto para o Futuro. Boletim de 3 a 7 de maio de 2004. <http://www.tvebrasil.com.br/salto/>

SLAVIN, R. Student Differ: So What? Educational Researcher. V.22. no. 9, dec/1993. pp.13-14.

UNESCO Políticas Públicas De/Para/Com Juventudes, Brasília, julho de 2004.

ANEXOS

ANEXO I

CONCEITOS BÁSICOS

A implantação do ProJovem Urbano no Brasil dá-se em um momento histórico em que a tensão local-global se manifesta no mundo da maneira mais contundente: nunca houve tanta integração globalizada e, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e agudos os processos de exclusão. Nesse contexto, o Programa foi concebido como instrumento de inclusão social em seu sentido pleno.

Para responder efetivamente a esse desafio, é necessário ter clareza quanto às concepções que fundamentam essencialmente um Projeto Pedagógico como o requerido pelo ProJovem Urbano.

Assim, explicitamos a seguir o significado de alguns conceitos básicos e suas implicações curriculares.

Não há uma seqüência necessária entre esses conceitos, podendo fazer-se sua leitura, em qualquer ordem, seja aquela em que aparecem no Projeto Pedagógico Integrado, seja qualquer outra preferida pelo leitor. Assim, optou-se por apresentar os conceitos em ordem alfabética, para facilitar diferentes ordenações.

Aprendizagem

Na perspectiva delineada no Projeto Pedagógico, a aprendizagem consiste na construção de saberes, competências e capacidades por meio da re-significação de elementos sociais e culturalmente transmitidos e da construção/reconstrução pessoal.

É uma forma de apropriação e de re-significação da cultura pelo sujeito e interage com seu desenvolvimento psíquico. Como processo articulado à construção da subjetividade, mobiliza elementos cognitivos, afetivos, estéticos, lúdicos, sociais e físicos.

Avaliação do ensino e aprendizagem

A avaliação do ensino e aprendizagem é vista no ProJovem Urbano como um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a aprendizagem, de forma a obter subsídios para: a) planejar as intervenções docentes; b) criar formas de apoio aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; c) verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados; d) obter subsídios para a revisão dos materiais, da metodologia do curso e da formação docente.

Ciclo

Estratégia de organização do ProJovem Urbano: as seis unidades formativas estão agrupadas em três ciclos e cada um deles composto por duas unidades formativas.

Conhecimento escolar

O conhecimento escolar é compreendido neste Projeto como uma construção baseada no encontro - feito de conflitos e acordos - entre diferentes tipos de conhecimento: saberes cotidianos que alunos e educadores trazem de suas vivências familiares e sociais, conceitos e leis científicas, elementos estéticos e culturais, reflexões filosóficas e, é claro, determinações legais sobre o currículo. Sua prática se faz em condições muito especiais, que são dadas pelas interações dos alunos entre si e com o educador.

Cultura

No ProJovem Urbano, adota-se o conceito de cultura como conjunto de atividades, técnicas, linguagens, conhecimentos, normas, valores, crenças etc. que permitem a atribuição de sentido à existência e resultam da ordenação simbólica do mundo pelos grupos sociais. Há diferentes universos simbólicos dentro da mesma sociedade, de modo que as identidades culturais são parte de um sistema de significações relacionais.

As identidades mudam com o tempo, em função do processo histórico do grupo e dos contatos e trocas que ele estabelece com outros grupos. Cada pessoa participa da cultura de seu grupo e da identidade cultural a ele associada de maneira específica, segundo sua própria história e características pessoais.

Assim, no ProJovem Urbano, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural estão ligados ao respeito às identidades culturais de grupos sociais diferenciados, à convivência e promoção do diálogo e do intercâmbio entre os brasileiros – expressos por meio das diversas linguagens e expressões culturais – e à busca da solidariedade entre os povos.

Educação

No contexto do ProJovem Urbano, concebe-se a Educação como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas. É atribuição e responsabilidade de múltiplas agências: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional e, é claro, a escola.

No ProJovem Urbano é considerada como direito fundante da cidadania, apresentando-se como Formação Básica que inclui o domínio das linguagens e dos conhecimentos necessários para compreender a vida social e o mundo do trabalho, de modo a participar deles como cidadão.

Ensino

Neste Projeto, entende-se o ensino como uma intervenção educacional/pedagógica, deliberada e planejada, que cria situações desafiadoras e propõe problemas que estimulem e orientem os alunos na construção e reconstrução de suas aprendizagens. Como ação subordinada a um programa educacional, articula as demandas sociais por cidadãos escolarizados com as necessidades de auto-realização das pessoas. Como relação pedagógica, implica a mediação do educador entre o conhecimento e o aluno.

Formação inicial e continuada de educadores

Originalmente, formação inicial é a formação teórico-prática, oferecida no sistema formal de educação, por meio da qual se constroem as bases de uma identidade profissional, habilitando o sujeito a exercer uma profissão definida. A formação continuada, por sua vez, é aquela que nasce da prática e a ela retorna. É o saber criado pelo profissional no desempenho cotidiano de sua profissão. Não se confunde com reciclagem ou aperfeiçoamento, embora possa, complementarmente, lançar mão desses recursos.

Sua característica distintiva consiste no afastamento crítico da prática para analisá-la a luz do projeto de ação profissional e ampliá-la ou aperfeiçoá-la por meio de leituras e debates. No contexto do ProJovem Urbano, o conceito de formação inicial é apropriado de maneira peculiar. A formação inicial se reporta ao Programa, ou seja, trata-se da apropriação sistemática dos fundamentos e do Projeto Pedagógico Integrado, bem como dos materiais e processos de ensino, aprendizagem e avaliação.

Em outras palavras, a finalidade da formação inicial é diplomar os educadores em ProJovem Urbano. A formação continuada tem o sentido usual, articulando-se à formação inicial com base nos mesmos princípios e diretrizes da formação inicial.

Interdisciplinaridade

No ProJovem Urbano, a interdisciplinaridade é vista como uma abordagem integrada às questões contemporâneas sobre a produção do conhecimento, que enfatizam o rápido envelhecimento da informação factual e o esmaecimento das fronteiras entre as disciplinas tradicionais. Entretanto, as integrações possíveis entre áreas de conhecimento são parciais e têm de ser construídas em contextos e situações específicos.

Assim, a integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã se faz em função da inclusão social dos jovens.

Juventude

Juventude é uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na perspectiva do ProJovem Urbano, a juventude, com sua diversidade, é vista como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho, bem como seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania.

Assim, fica superada a concepção da sociedade ocidental moderna, que considera a etapa da juventude como um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, portanto, de preparação para a inserção no mercado de trabalho e para a constituição de nova família.

Protagonismo

O termo protagonismo é formado por duas raízes gregas: proto, que significa "o primeiro, o principal" e agon, que significa "luta". Agonistes, por sua vez, significa "lutador". Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal.

Portanto protagonismo juvenil significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor.

Redes de conhecimento

Nem sempre se admitiu que o conhecimento científico possa ser perpassado por vivências e saberes cotidianos dos sujeitos que o produzem, aprendem e utilizam. No século XIX e em parte do século XX, quando as concepções da Modernidade eram hegemônicas, o senso comum era visto como radicalmente separado do conhecimento científico.

As ciências eram hierarquizadas de acordo com o respectivo poder de gerar conhecimento que pudesse ser empiricamente provado e matematicamente representado. A representação do conhecimento ou do conjunto das ciências lançava mão de representações verticalizadas e unidirecionais, como a árvore do conhecimento cartesiana, que resulta numa visão hierárquica em que alguns conhecimentos são considerados como mais importantes do que outros e/ou como pré-requisitos dos demais.

Desde meados do século XX, porém, essa representação vem sendo criticada pelos filósofos e pelos próprios cientistas, surgindo um novo paradigma de Ciência. Nele não mais se separam, de forma estanque, o objetivo e o subjetivo, o todo e a parte, a Natureza e a Cultura. Surgem novas ciências e se tornam menos nítidos os limites entre as disciplinas tradicionais.

Nesse contexto, a idéia da árvore tornou-se inadequada para representar o conjunto das ciências, que hoje se costuma simbolizar por uma rede, uma teia, um rizoma. No

novo paradigma, as disciplinas não deixam de existir, mas suas inter-relações e suas ligações com outros tipos de saber tornam-se mais freqüentes e necessárias e, ao mesmo tempo, mais fluidas e imprevisíveis. A idéia de pré-requisito perde a importância, pois, na rede, há múltiplos caminhos para chegar a múltiplos objetivos.

Participação cidadã

A participação cidadã é compreendida como ação socioeducativa que abrange múltiplas aprendizagens nos âmbitos da convivência entre os jovens, da sociabilidade e da participação cidadã na vida pública. No currículo do ProJovem Urbano, a Participação Cidadã visa a contribuir para o reconhecimento pelos jovens de seus direitos e deveres cidadãos e para o desenvolvimento de potencialidades que resultem no exercício de uma cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos e comprometida com a democracia.

Relação entre teoria e prática

A relação entre teoria e prática tem sido marcada historicamente por uma divisão estanque, que coloca o momento da prática como posterior ao da teoria, sob a forma de ciência aplicada. Nesse quadro, a prática fica subordinada à teoria, desvalorizando-se os saberes do cotidiano. Hoje, contudo, o campo da prática é reconhecido como lócus da produção de saberes legítimos (e não apenas de sua aplicação), que dão origem a questões teóricas. Assim, o trabalho e a vida social tornaram-se cada vez mais articulados com teorias e tecnologias, sendo crescente a necessidade da educação como elemento fundante da cidadania e de preparação para o trabalho. No ProJovem Urbano, entende-se que a relação entre teoria e prática permite a análise e a tomada de decisões *in processu*, fundamentando a ação coletiva e a gestão democrática. A capacidade de questionar a própria prática é vista como fonte de ação instituinte, transformadora.

Trabalho

Define-se aqui o trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade; é o espaço onde ele se realiza como produtor de si mesmo e produtor de cultura.

Na concepção deste Programa, a Qualificação Profissional, considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao auto-conhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia.

ANEXO II

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – QP

ARCOS OCUPACIONAIS, OCUPAÇÕES E CÓDIGO CBO - 2008

ARCOS OCUPACIONAIS	OCUPAÇÕES	CÓDIGO CBO*
1. Administração	a) Arquivador	4151-05
	b) Almoxarife	4141-05
	c) Contínuo (Office-Boy/Office-Girl)	4122-05
	d) Auxiliar Administrativo	4110-05
2. Agroextrativismo	a) Trabalhador em Cultivo Regional	6225/6223/6321/6324/6323/6322
	b) Extrativista Florestal de Produtos Regionais	6233-20/6233-05/6233-10
	c) Criador de Pequenos Animais	6234-10/6234-05/6234-20
	d) Artesão Regional	7521-05/7523-10/7682-05/8332-05
3. Alimentação	a) Chapista	5134-35
	b) Cozinheiro Auxiliar	3541-30
	c) Repositor de Mercadorias	5211-25
	d) Vendedor Ambulante (Alimentação)	3541-30
4. Arte e Cultura I	a) Assistente de Produção Cultural	2621
	b) Auxiliar de Cenotecnia	3742
	c) Assistente de Figurino	2628
	d) Dj/Mc	Sem CBO
5. Arte e Cultura II	a) Revelador de Filmes Fotográficos	7664-15
	b) Fotógrafo Social	2618-15
	c) Operador de Câmera de Vídeo - Cameraman	3721-15
	d) Finalizador de Vídeo	3744-15
6. Construção e Reparos I (Revestimentos)	a) Ladrilheiro	7165-10
	b) Gesseiro	7164-05
	c) Pintor	7233-10/7166-10
	d) Reparador (Revestimento)	9914-05

7. Construção e Reparos II (Instalações)	a) Eletricista de Instalações (Edifícios)	7156-10
	b) Trabalhador da Manutenção de Edificações	9914-05
	c) Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações	7313-20
	d) Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança	9513-05
8. Educação	a) Auxiliar de Administração Escolar	4110-10
	b) Contador de Histórias	2625-05
	c) Inspetor de Alunos	3341-10
	d) Recreador	3714-10
9. Esporte e Lazer	a) Recreador	3763-10
	b) Agente Comunitário de Esporte e Lazer	2241-35
	c) Monitor de Esporte e Lazer	3714-10
	d) Animador de Eventos	3763-05
10. Gestão Pública e Terceiro Setor	a) Agente Comunitário	Sem CBO
	b) Agente de Projetos Sociais	Sem CBO
	c) Coletor de Dados de Pesquisas e Informações Locais	4241-05
	d) Auxiliar Administrativo	4110-10
11. Gráfica	a) Guilhotineiro (Indústria Gráfica)	7663-20
	b) Impressor Serigráfico	7662-05
	c) Operador de Acabamento (Indústria Gráfica)	7663-15
	d) Encadernador	7687-05
12. Joalheria	a) Ourives na Fabricação e Reparação de Jóias	7510-10
	b) Fundidor	7511-10
	c) Auxiliar na Confecção de Bijuterias	7511-15
	d) Vendedor de Comércio (Jóias, Bijuterias e Adereços)	5211-10
13. Madeira e Móveis	a) Marceneiro	7711-05
	b) Reformador de Móveis	7652-35
	c) Auxiliar de Desenhista de Móveis	3184-25
	d) Vendedor de Móveis	5211-10
14. Metalmeccânica	a) Serralheiro	7244-40
	b) Funileiro Industrial	7244-35
	c) Auxiliar de Promoção de Vendas	4110-05
	d) Assistente de Vendas (Automóveis e Autopeças)	3541-25

15. Pesca e Piscicultura	a) Trabalhador na Pesca Artesanal	6310-15/6311-05/6310-20
	b) Trabalhador na Piscicultura	6313-25
	c) Trabalhador em Unidades de Beneficiamento e Processamento de Pescados	8481-10/8414-84/8481-05
	d) Vendedor de Pescados	1414-10
16. Saúde	a) Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas	4110-05
	b) Recepcionista de Consultório Médico e Dentário	4221-10
	c) Atendente de Laboratório de Análises Clínicas	5152-15
	d) Atendente de Farmácia - Balconista	5211-30
17. Serviços Domésticos I	a) Faxineira	5121-15
	b) Porteiro	5174-10
	c) Cozinheira no Serviço Doméstico	5132-10
	d) Caseiro	5121-05
18. Serviços Domésticos II	a) Cuidador de Idosos	5162-10
	b) Passador de Roupas	5164-15
	c) Cuidador de Crianças (Babá)	5162-05
	d) Lavadeiro	5163-05
19. Serviços Pessoais	a) Manicura e Pedicura	5161-20/5161-40
	b) Depilador	Sem CBO
	c) Cabeleireiro	5161-10/5161-05
	d) Maquiador	5161-25
20. Telemática	a) Operador de Microcomputador	4121-10
	b) Helpdesk	3172-10
	c) Telemarketing (Vendas)	4223-10
	d) Assistente de Vendas (Informática e Celulares)	3541-25
21. Transporte	a) Cobrador de Transportes Coletivos	5112-15
	b) Despachante de Tráfego	4231-05
	c) Assistente Administrativo	4110-10
	d) Ajudante Geral em Transportes	Sem CBO
22. Turismo e Hospitalidade	a) Organizador de Eventos	3548-20
	b) Cumim (Auxiliar de Garçon)	5134-05
	c) Recepcionista de Hotéis	4221-05
	d) Monitor de Turismo Local	Sem CBO
23. Vestuário	a) Costureiro	7632-10
	b) Montador de Artefatos de Couro	7653-15
	c) Costureira de Reparação de Roupas	7630-15
	d) Vendedor de Comércio Varejista	5211-10

Fonte: PR-SG-SNJ-Coordenação Nacional do ProJovem Urbano
* **Classificação Brasileira de Ocupações/MTE**

